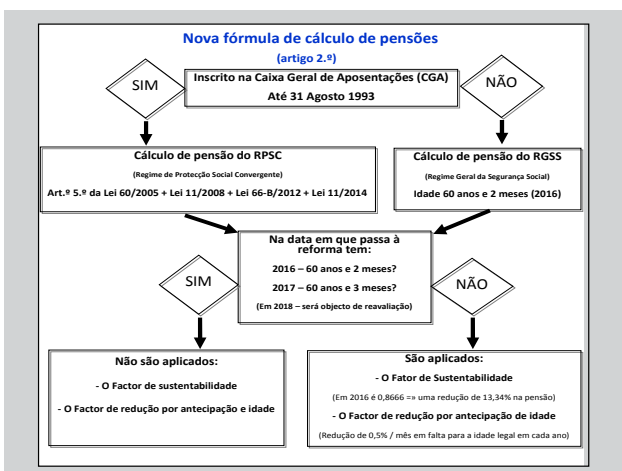


# O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: A. Lima Coelho • 0,75 € • Ano XXV • Julho / Agosto e Setembro 2016 • Nº 93

## PROPOSTA DO NOVO REGIME DE REFORMAS ACENTUA DESCARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO MILITAR !



**Alterações ao Regime  
de Reforma**

Páginas 3, 5 e 6

**Ebulho  
nas Promoções**

Páginas 2 e 3

**O Caso  
dos Comandos**

Páginas 8 e 9

## EDITORIAL

## Resta-nos um único caminho – LUTAR!

O Ministério da Defesa Nacional tem vindo paulatinamente a acentuar a descaracterização da condição militar. Todos os diplomas legislativos elaborados ou em preparação são coerentes entre si e têm como factor comum agravar as condições de vida dos homens e mulheres que prestam serviço nas Forças Armadas.

Outro factor de coerência da prática do MDN tem a ver com a total falta de diálogo com as associações representativas dos militares no processo de elaboração dos diplomas legislativos. Esta prática resume-se ao envio por correio dos projectos, já concluídos, para que, também por escrito, as APM façam chegar as suas opiniões. Assim, desta forma nada consentânea com as boas práticas democráticas, poder contornar a obrigação legal de integrar as associações representativas e permitir escrever no preâmbulo do próprio diploma que estas foram ouvidas.

Esta não é efectivamente uma prática nova. Vem sendo utilizada pelos sucessivos ministros dos governos nos últimos anos, sempre que o que se pretende aprovar lesa os cidadãos a quem se destinam os diplomas ou restringem/anulam direitos há muito adquiridos, muitas das vezes através da corajosa luta de gerações sucessivas de cidadãos, no nosso caso, de militares.

A formação do actual governo minoritário saído das eleições de 4 de Outubro do ano passado criou expectativas positivas de que estas práticas (manhosas) de contornar obrigações legais seriam invertidas, convocando as diferentes partes interessadas para a corresponsabilização do acto legislativo. Assim parece estar a acontecer em várias áreas da governação, não sendo contudo o caso do Ministério da Defesa Nacional, aquele que mais directamente nos diz respeito.

Hoje, decorrido quase um ano após a tomada de

posse do governo, as expectativas positivas tidas na altura, transformaram-se em profunda desilusão, começando no atraso injustificado de uma simples e habitual audiência de cortesia para apresentação de cumprimentos e prosseguindo com as práticas acima descritas.

Pela parte da ANS, apesar deste reiterado comportamento, tem havido uma permanente e paciente responsabilidade, procurando contribuir para um relacionamento sério com o MDN, respondendo sempre com rigor e respeito às solicitações apresentadas, apesar de nulos os resultados. Em tom irónico, há dias o presidente da ANS afirmava: “Relativamente às críticas e contributos solicitados já escrevemos o suficiente para a edição de um livro volumoso, contudo a editora não editou ainda nada. Provavelmente temos que mudar de editora!”.

No fim de contas, como nada do que saiu até hoje verte nem sequer uma vírgula do que apresentámos, é lícito perguntar: Será que ao menos o MDN se deu ao incómodo de ler os nossos ofícios/contributos?

Neste momento, mais um diploma legislativo está em preparação – “Alteração ao Regime de Aposentação dos Militares” – tratando-se de uma proposta gravemente lesiva dos direitos deste universo de cidadãos (matéria abordada noutra edição desta edição do nosso jornal). Como em outras ocasiões similares, também agora enviámos o nosso parecer ao MDN, respondendo à solicitação formulada, não estranhámos que o resultado seja o mesmo ocorrido anteriormente. A experiência assim o determina, mas perante a gravidade das consequências que dali advirão caso o governo prossiga com os seus intentos, não baixaremos os braços, resistiremos com todas as forças que temos para travar mais esta ofensiva.

Trata-se de um documento que para além da drástica redução (mais uma) do rendimento familiar numa

fase tão avançada das nossas vidas, o que por si só já não é pouco, pretende prolongar, até ao limite estatutariamente admissível a permanência dos militares na efectividade de serviço.

Esta última consequência provocará, a médio prazo, conjuntamente com a redução de pessoal que vem ocorrendo nos últimos anos, um brutal envelhecimento do efectivo militar, colocando as Forças Armadas numa situação de ruptura, para a qual temos dúvidas que hajam meios disponíveis para ocorrer, nessa altura, à sua solução. Esta situação parece-nos tão óbvia que nos custa a acreditar que os responsáveis políticos não a vejam e considerem. Perante a verosimilhança da análise questionamo-nos: Não será isso mesmo que procuram, para deste modo justificarem a criação da “Comissão Liquidatária das Forças Armadas”?

Ao longo dos anos temos assistido à aplicação desta forma de encerrar serviços e parte do aparelho produtivo, por isso é bom que “ponhamos as barbas de molho”. Por norma isto é feito a médio e longo prazo: começa-se por desinvestir, degrada-se a qualidade das condições de trabalho a quem opera no alvo a abater, leva-se este à incapacidade para depois se lhe dar “a machadada final”. Estamos a ver o filme, não estamos?

Mas nós militares não somos homens e mulheres de desistir. Se nos cortam o diálogo ou mesmo a mera possibilidade de o fazer, continuaremos a resistir defendendo os nossos direitos, a Condição Militar e as Forças Armadas. Sabemos de experiência feita que nunca nos deram nada. Tudo tivemos de conquistar pela luta corajosa e abnegada de todos nós!

Quando as portas do diálogo sério, consequente e responsável se fecham, resta-nos um caminho – a LUTA! Podem os Sargentos de Portugal e restantes militares confiar na ANS. Nós confiamos em todos vós! ▲

## A Luta de Classes em Diário da República!

Quem com calma, paciência e atenção ler o Diário da República, 2ª Série, nº 186, de 27 de Setembro de 2016, nas páginas 29067 e 29068, encontrará uma das situações que repetidamente temos apontado como potenciadora de colocar em causa a coesão e a disciplina no seio das Forças Armadas.

Embora estas situações se refiram apenas a militares da Força Aérea, sabemos que tal não é exclusivo de nenhum dos ramos antes sendo, infelizmente, comum aos três ramos das Forças Armadas.

Logo a abrir pode ler-se o despacho relativo à promoção de um Oficial superior (de Major a Tenente-Coronel) com antiguidade a 16 de Setembro de 2016 e efeitos remuneratórios ao dia seguinte à publicação do presente despacho em Diário da República, ou seja com efeitos a partir de 28 de Setembro. Muito bem! Não chega a meio mês de atraso. Situação correcta e desejável para todos os militares! Parabéns ao promovido e bem-haja o ramo que procede de modo a que o seu militar não seja esbulhado de um diferencial de vencimento que lhe é devido, nem seja prejudicado no respectivo diferencial para o suplemento de despesas de representação (que apenas beneficia uma elite).

Logo de seguida publica-se o despacho referente ao ingresso de uma lista de jovens Oficiais, em re-

gime de contrato, no posto de Aspirante a Oficial, contando antiguidade a 14 de Agosto de 2016 e produção de efeitos remuneratórios ao dia seguinte à publicação. Cerca de mês e meio de atraso. Enfim, não está nada mal!

Segue-se um outro despacho relativo a diversos jovens Praças do regime de contrato, no posto de Segundo-Cabo, contando antiguidade desde 5 de Março de 2016 e produção de efeitos remuneratórios ao dia seguinte à publicação em Diário da República. Mau! Quase sete meses de atraso? Então, à semelhança com os jovens Aspirantes a Oficial, não se sabia quando estes terminariam a formação e faziam o seu ingresso?

Mas continuando a ler as ditas páginas, pasme-se! Vêm seguidamente publicados pelo menos três despachos de promoção relativos a Sargentos (de Sargento-Ajudante a Sargento-Chefe), com direito aos efeitos remuneratórios ao dia seguinte à publicação destes despachos mas com antiguidades a 31 de Dezembro de 2015 e a 24 de Agosto de 2015. Não, não é gralha! O ano da antiguidade é mesmo 2015. Nove e treze meses de atraso. Nove e treze meses de esbulho do diferencial de vencimento para o novo posto! Nove e treze meses de prejuízo efectivo no orçamento familiar destes militares! E isto sem contar com o subsídio de férias e os duodécimos do

subsídio de Natal, pois que nenhum deles, por ser Sargento terá direito ao vergonhoso suplemento para despesas de representação (o tal que beneficia apenas uma elite).

Por outro lado deve assinalar-se que estas promoções não ocorreram por geração de vagas imprevistas ou inopinadas. Não! Conforme bem descrevem os respectivos despachos as vagas foram geradas por saídas de outros militares, portanto devidamente acompanhadas e conhecidas pela instituição. Porquê para uns a rapidez e para outros esta demora?

É este tipo de situações que agrava a desmotivação e potencia colocar em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas.

Estas duas páginas do Diário da República evidenciam aquilo que muitos querem esconder ou disfarçar, fazendo inclusivamente alterações de nomenclatura nos regulamentos e estatutos, com a alteração da designação de “classes” para “categorias”. Não passou a haver mais categoria, mas procurou-se esconder ou disfarçar a realidade da luta de classes. De facto, o que isto bem demonstra é que continua a existir no seio das Forças Armadas uma surda luta de classes, em que quem manda e quem decide continua a privilegiar aqueles que lhes estão próximos. Os factos falam por si! O Diário da República não mente! ▲



## Associações de militares denunciam má governação!

**E**m Conferência de Imprensa Conjunta que teve lugar no passado dia 23 de Setembro, numa sala do Hotel Mundial, em Lisboa, as associações profissionais de militares (ANS, AOFA e AP) criticaram fortemente a proposta do Governo que altera o acesso à reforma e o cálculo das pensões.

Estes dirigentes fizeram uma avaliação negativa não só da proposta sobre as pensões mas também sobre a situação da saúde militar, das condições de progressão nas carreiras e sobre a degradação da condição militar, numa espécie de balanço crítico e negativo à acção governativa.

Luís Reis, presidente da Associação de Praças, abriu os trabalhos, saudando os profissionais da comunicação social e demais elementos presentes, denunciando o incumprimento ou cumprimento parcial da Lei do Associativismo Militar. Referiu a "decapitação" da Condição Militar e a sua degradação acelerada por via das medidas de sucessivos governos. Relativamente ao diploma de alteração do regime de reformas dos militares afirmou: "Este projeto é tão mau que não merece qualquer resposta. Nós rejeitamos liminarmente, de fio a pavio, todo o diploma. Não nos revemos minimamente no que está aqui. É um diploma que vai no sentido da funcionalização a que somos totalmente contra", considerando que, com as regras propostas, "há uma penalização enorme".

António Mota, presidente da AOFA, fez um balanço das matérias da área da saúde que, no seu entender "é uma ferramenta tão importante como a própria arma". Lembrou a obrigação que impende sobre os militares de "não poderem negligenciar a sua própria saúde sob pena de serem accionados disciplinarmente". Referiu, com particular veemência que dois militares no mesmo teatro de operações, dependendo as suas vidas de um e do outro, não podem ter sistemas de saúde, assistência e apoio totalmente diferentes. A missão é a mesma, a exigência é a mesma, o risco é o mesmo, logo, os direitos das suas famílias na rectaguarda deve ser o mesmo.

Fez uma análise bastante negativa sobre o funcionamento do Hospital das Forças Armadas (HFAR), que de-

pois do "processo atabalhado, literalmente de um dia para o outro" se passou de um hospital preparado para responder ao efectivo dos militares da Força Aérea e famílias para o efectivo dos três ramos, famílias, além de outros utentes com direito de acesso ao hospital.

Referiu as obras de ampliação e de equipamentos no HFAR mas em contraponto, o factor humano não tem acompanhado esse esforço, facto até confirmado pelo Director Clínico do hospital a uma entrevista à Rádio Renascença, assegurou. Ainda de acordo com o presidente da AOFA, verifica-se no Hospital das Forças Armadas uma "debandada de profissionais de saúde" para o sector privado, o que tem dificultado as condições de atendimento aos militares e familiares..

Foi ainda mais crítico relativamente à situação da ADM (Assistência na Doença aos Militares) não só pelo que significa de maior encargo a suportar pelos familiares e respectivas famílias, mas porque "os descontos dos militares para a ADM estão a ser desviados para outros fins." Deu como exemplo as despesas com os Deficientes das Forças Armadas, cidadãos que tudo merecem sem dúvida alguma, mas cujo encargo deverá ser suportado pelo Estado Português e não apenas pelos militares. Da mesma forma se referiu aos militares que prestam serviço nas Regiões Autónomas pois é a ADM que tudo suporta uma vez que o SNS não cobre na globalidade aquelas Regiões. Também as viúvas de militares cuja pensão é inferior ao Indexante de Apoios Sociais, têm as suas despesas de saúde suportadas pela ADM. "Não será tudo isto, DFA's, Militares nas Regiões Autónomas, viúvas de militares auferindo baixas pensões, responsabilidade do Estado?" interrogou-se!

Por seu lado, José Gonçalves, presidente da Associação Nacional de Sargentos, frisou que as regras propostas impõem que os militares que se reformem antes dos 60 anos e dois meses passam a sofrer uma penalização na pensão correspondente ao "fator de sustentabilidade", de 13%, e ao "fator de redução", de 0,5%.

"Nós nunca tivemos o fator de sustentabilidade. Os militares reformam-se nas condições que o seu Estatuto

obriga", frisou o presidente da ANS.

Para além destas críticas, José Gonçalves fez um balanço extremamente crítico das alterações estatutárias introduzidas com a publicação do dito "novo" EMFAR, em 2015, particularmente tudo aquilo que significou retrocesso e perda objectivo para a categoria dos militares Sargentos.

Referiu o "ofensivo dever de isenção política", "o retrocesso histórico com o retomar do posto de Furriel para ingresso nos Quadros Permanentes, com reflexos graves no futuro, remetendo para pensões de indigência", "perdas significativas com aumentos de tempo de permanência nos postos e os resultantes prejuízos materiais durante a carreira e posteriormente na pensão de reforma", "o enganador projecto de progressão horizontal", "o fim do complemento de pensão de reforma", "o tratamento diferenciado entre militares", "a redução de efectivos, que hoje não chegam para preencher meio estádio da Luz", não deixando de referir também a discordância com o diploma de alteração ao regime de reforma dos militares e a denúncia do reiterado incumprimento da Lei, ou quanto muito, o seu cumprimento parcial.

O presidente da AOFA, António Mota, sustentou que a proposta ainda piora as regras que foram aprovadas há um ano no EMFAR "que já eram fortemente lesivas" e que as três associações querem "reverter".

"Só não dizemos 'rasgue-se' porque somos pessoas civilizadas", criticou.

"Estávamos à espera de medidas para repor a justiça, mas parece que não é essa a intenção" do actual governo, lamentou o presidente da ANS.

A uma pergunta colocada pelo jornal "O Sargento" relativamente ao que pretendem as associações fazer face à reiterada denúncia de incumprimento da Lei por parte de sucessivos governos, os dirigentes das APM informaram que, numa primeira medida, vão pedir audiências com carácter de urgência ao Presidente da República (e Comandante Supremo das Forças Armadas) e ao Primeiro-ministro. Reafirmaram contudo a intenção de não baixar os braços na defesa dos seus associados. ▲

## SÓ UMA PALAVRA: ROUBADOS!

**E**m pleno período estival, no meio das distrações próprias da época a que alguns chamam "seally season" (com mais e menos propriedade, conforme os casos em apreço) apareceu o MDN a anunciar, como se de um bode aos pobres se tratasse, mais de cinco mil promoções para os militares.

Já é grave a forma como tudo isto é apresentado, sem explicar aos cidadãos em geral todas as envolventes da questão, levando a que os cidadãos que têm sido severamente penalizados com as medidas resultantes "da dita crise" se virem contra os militares por (injustamente) julgá-los privilegiados, utilizando os militares como "saco de pancada", na estafada prática de colocar portugueses contra portugueses!

Também não há o cuidado de explicar aos portugueses que não se trata de uma nova despesa pois esta já estava prevista no orçamento para este ano quando os planos de promoções de cada ramo das Forças Armadas foram apresentados à tutela, e a sua sustentabilidade (como refere o documento oficial) está assegurada pela redução de efectivos, tanto pela acção das decisões governativas, como pela manifesta e expressa incapacidade de incorporar novos militares, dada a falta de atractividade que hoje tem o servir nas Forças Armadas.

Acresce a gravidade de ninguém esclarecer o comum dos cidadãos que as Forças Armadas são uma instituição baseada no funcionamento de uma hierarquia fortemente estruturada em que, por isso mesmo, o sistema de promoções não é uma qualquer prebenda, antes uma necessidade funcional que, não ocorrendo, poderá

colocar em causa o normal funcionamento, a coesão e a disciplina das Forças Armadas.

Mas enorme gravidade assume o facto de se esconder dos cidadãos que todo este processo se constitui num imenso esbulho aos proventos dos militares pois as ditas promoções apenas produzem efeitos remuneratórios após a publicação em Diário da República do respectivo Despacho de Promoção, ainda que o direito à mesma já se tenha efectivado muito antes, não havendo portanto qualquer efeito retroactivo. Ou seja, se o militar reunir as condições e a ela tiver direito a partir do dia 1 de Janeiro mas se o Despacho de Promoção só for publicado em Dezembro, significa que é um ano inteiro de esbulho relativamente ao diferencial para o novo vencimento a que o militar teria direito. Pouco sério, para não dizer pior!

Se já é grave, em termos da coesão e disciplina no seio das Forças Armadas, serem promovidos militares com muito menor antiguidade que outros camaradas do mesmo posto, se já é gravemente perceptível o autêntico esbulho quando se publicam em Setembro, Outubro, Novembro ou Dezembro promoções de militares com antiguidade a 1 de Janeiro desse ano, o que dizer da "autêntica pérola" relativa à publicação em Setembro de 2016 da promoção de militares com antiguidade relativa a 1 de Janeiro de ... 2015!

Mas, pergunta-se: estes militares estiveram demorados na respectiva promoção por motivos de saúde? Não! Então foi por motivos disciplinares? Também não!

Então porque foi? Não foram promovidos antes ... porque não!

Quem é então o responsável, ou responsáveis, por

demorar vinte e dois meses para que estes militares vissem o seu direito adquirido e reconhecido, com tudo o que tal significa?

É que estas promoções implicam não só com o tipo de serviço em que o militar se integra, com o desempenho das funções e responsabilidades inerentes ao novo posto, mas também com o diferencial de vencimento para o novo posto, particularmente num tempo em que a progressão de escalões há muito permanece congelada e os cortes e estrangimentos orçamentais são o que quase todos sabemos, excepto uma minoria de cada vez mais desafogados, conforme consta no relatório recentemente publicado pela insuspeita Fundação Francisco Manuel dos Santos, chamado "Portugal Desigual" e que faz "um retrato das desigualdades dos rendimentos e da pobreza no país".

Que palavra pode descrever esta situação em que se faz "poupança", numa despesa prevista e orçamentada, à custa dos direitos e dos orçamentos familiares dos militares, atrasando meses a fio a sua promoção?

Nos dicionários da Porto Editora (sem Acordo Ortográfico) "roubar" tem como definição: "apropriar-se de (bem alheio) através de violência, ameaça, fraude ou por outro meio".

A nossa Pátria é a Língua Portuguesa, como bem disse Fernando Pessoa, figura maior das nossas letras. Por muito que possa custar ouvir ou ler, o dicionário da língua portuguesa diz claramente que se houve quem "por outro meio", se tenha apropriado de bem alheio (diferencial para o vencimento do novo posto dos militares), então, nesta circunstância, com toda a propriedade, é lícito afirmar que os militares foram ... roubados! ▲

# A Comissão Liquidatária das Forças

Numa profusão legislativa muito intensa, mas habilitadamente incumprindo a Lei na sua generalidade, dando-lhe apenas parcial e mitigado cumprimento através do “Direito de Audição”, o gabinete do actual (?) ministro da Defesa Nacional, no cumprimento dessa mera formalidade, solicitou a opinião e parecer da ANS relativamente a quase uma dezena de diplomas.

Alguma das respostas e pareceres da ANS, constituídas por dezenas de páginas, foram enviados por correio ou entregues em mão no gabinete do MDN, e pela sua dimensão não cabem integralmente nas páginas de um jornal mas foram já dados a conhecer pelos meios à disposição dos associados.

Sem qualquer ordem cronológica, de precedência, ou importância, vamos aqui lembrar alguns desses diplomas e fazer breves considerandos sobre aspectos que consideramos mais relevantes e, na maioria dos casos, profundamente lesivos da Condição Militar.

**- Alteração à Orgânica e Funcionamento do IASFA** – Tendo como suporte argumentativo a necessidade de “dar resposta a uma situação considerada crítica, direccionada à alteração da estrutura da governação e a uma definição clara dos objectivos” (ver notícia noutra página deste jornal) esta iniciativa governativa mais não fez do que eliminar a possibilidade dos empréstimos (de baixo valor) que tantas vezes foram o apoio urgente para situações de aflicção para muitos agregados familiares, numa verdadeira função de Acção Social Complementar. O que seria desejável em termos de melhorar o efectivo funcionamento da missão primária deste instituto, que é a Acção Social Complementar, ficou diluído em considerações sobre alterações ao funcionamento da Direcção que curiosamente ainda não se efectivaram. Ou seja, desviou-se a atenção para a cabeça, esquecendo de tratar o corpo e os seus membros. O facto é que os líquidos pagadores e supostamente “Beneficiários”, os militares e suas famílias, continuam sem conhecer a “Carta de Missão” da nova

(?) Direcção, continuam sem ver quaisquer melhorias nos equipamentos e no funcionamento da Acção Social Complementar a não ser, talvez, nas viagens para reuniões do programa CLIMS, a que rapidamente aderiram o Presidente e a Vogal! Embora possa ser um dos seus pequenos departamentos de acção, a Acção Social Complementar não é uma agência de viagens de férias!

**- Alteração à Capacidade Eleitoral Passiva dos Militares** – Mais uma tentativa de limitar os direitos de cidadania daquele grupo de cidadãos que serve Portugal envergando um uniforme das Forças Armadas. Se houve abusos pontuais então proceda-se de acordo com os regulamentos existentes e castigue-se o prevaricador ou prevaricadores. O que não é aceitável é que se procure negar, a um todo, um direito que, em tempo de Paz, pode e deve ser exercido por cidadãos conscientes do seu lugar na sociedade e preocupados com o bem-estar e o futuro colectivos. É mais uma peça no já longo rosário das tentativas de minorizar social, profissional e intelectualmente os militares.

**- Indeminização por abate antecipado ao Quadro** – Este diploma revela a concepção errada que quem legisla tem sobre o que é ser militar e sobre o que é a Condição Militar. Não se cuida em respeitar as promessas feitas, não se cuida em salvaguardar as condições trabalho, sociais, de carreira, entre outras. Legisla-se no sentido de agravar as condições profissionais, depois fica-se surpreendido com a desmotivação e o desencanto manifestados por muitos jovens (e menos jovens) militares que servem nas Forças Armadas e, como remédio para os não deixar sair, legisla-se no sentido de tornar as Forças Armadas numa prisão. Servir toda a vida nas Forças Armadas é um acto de consciência. Como tal deve ser em total liberdade. Ninguém pode ser condenado a ficar toda a vida “preso” às Forças Armadas. Esta peça legislativa vem integrar no cálculo do valor da indemnização tudo, mesmo tudo, inclusive o que de-

corre dos próprios actos da Condição e do Serviço Militar. Só falta calcular o ar que o cidadão respirou enquanto serviu nas Forças Armadas. Absurdo! Não é assim que se motivam os cidadãos a servir nas Forças Armadas.

**- Regulamento de Avaliação e Mérito dos Militares das Forças Armadas** – Esta foi uma das peças legislativas em que ficou por demais evidente porque é que não se cumpre a lei, porque é que não se integram as associações nestes processos. Este projecto não tem leitura fácil pois é necessário conhecer os regulamentos dos vários ramos, o que, convenhamos, não acontece com muitos militares. Percebe-se que não houve o cuidado de fazer um trabalho de grupo conjunto mas antes amalgamar as existências num único diploma, num processo de corta e cola, nem sempre bem sucedido e, por outro lado, motivador de muitas fundamentadas críticas. Afirmam-se diferenças entre iguais num projecto de diploma que pretende tornar a avaliação comum, quando, por exemplo, o conceito de primeiro avaliador é logo diferente à partida. Lamentavelmente não se corrigiram erros denunciados no passado, situações que geraram grandes injustiças. Repetem-se conceitos que aumentam a subjectividade da avaliação quando, supostamente, o desejável é levar ao mínimo essa subjectividade. Por outro lado, este projecto revela alguma extemporaneidade, ou usando ditos populares, vem um pouco como “o carro à frente dos bois” ou “construiu-se a casa começando pelo telhado”!

Então prepara-se uma legislação supostamente comum para ser usada como ferramenta de trabalho por grupos que de comum nada têm? Quando a constituição, forma de eleição, metodologia de trabalho e conceitos aplicáveis são completamente diferentes no que diz respeito aos Conselhos de Classe (Marinha), Conselhos de Armas e Serviços (Exército) e Conselhos de Especialidade (Força Aérea) como é possível utilizar uma legisla-

ção como a que foi projectada? Isto é revelador de falta de rigor e de planeamento na produção dos projectos legislativos. É necessário uniformizar a constituição e método de funcionamento destes Conselhos para então, depois, se lhes entregar a ferramenta de trabalho comum. Será assim tão difícil perceber esta realidade?

**- Conselhos de Classe da Marinha** – Este diploma é bem significativo do que se disse relativamente ao Regulamento de Avaliação Comum. Em pleno processo de alteração de um Regulamento que se pretende “comum”, aparece um dos ramos a alterar a eleição, constituição, metodologia do seu próprio Conselho. Mais grave, propõe-se nesta alteração (e já se implementou), a exclusão deste órgão de aconselhamento do respectivo Chefe, de um universo muito representativo dos Sargentos da Armada, os Primeiros-Sargentos. Como é possível que estes profissionais, homens com décadas de experiência e conhecimentos, sejam excluídos do único órgão com legitimidade electiva para se poderem pronunciar como conselheiros junto do Chefe? Absurdo, ofensivo e inaceitavelmente discriminatório!

**- Possibilidade de Progressão Horizontal** – Este é mais um dos projectos que, procurando materializar o que consta como promessa no preâmbulo do Decreto-Lei que publica o novo EMFAR, e numa altura em que por via das alterações estatutárias a possibilidade de progressão na carreira é cada vez mais limitada e dificultada, vem o governo acenar com a “bondade” de uma medida que peca por enganadora e perigosa para os militares. Para além de poder vir a introduzir factores conflituantes no âmbito da coesão e disciplina ao preconizar que, dentro da mesma categoria, militares mais novos possam vencer mais que militares mais antigos, e mesmo não aprofundando outros aspectos a que este projecto se refere, ressalta no final que o que fica prometido é uma escolha entre uma mão cheia de





# Armadas continua o seu trabalho!



nada - a carreira vertical - e outra de coisa nenhuma - a carreira horizontal - com o perigo agravado desta opção remeter os militares para um caminho sem retorno dada a irreversibilidade da opção.

Quando se fala de progressão horizontal sabendo que este mecanismo se encontra congelado há vários anos pela Lei do Orçamento de Estado, o artigo 8º desta proposta deixa afinal clara a perigosa armadilha ao afirmar a continuidade da dependência da Lei do Orçamento de Estado. Pouco sério, para não dizer pior!

**- Alterações ao Regime de Reserva e Reforma** – Muito se tem escrito e dito acerca desta matéria, nem sempre com as melhores intenções, nem sempre com o necessário esclarecimento. Desde os documentos que profusamente circularam em tudo quanto é rede social, sem que nenhum governante assumisse claramente a sua maternidade ou paternidade, passando pelo aparecimento de outros que envolviam um universo muito alargado de profissionais a atingir, até ao que finalmente foi entregue em mão, por via de estafeta do MDN, com o respectivo livro de protocolo,

muitos rumores, preocupações, dúvidas e insegurança surgiram, o que não é aconselhável nem desejável no seio daqueles que detêm a missão da defesa do País e, por essa maior razão, são os detentores dos meios letais para a defesa da República. Este universo de cidadãos requer tranquilidade e serenidade para o eficaz desempenho da sua superior missão.

Mas sobre o conteúdo do projecto, as suas *nuances*, dificuldades e articulado, a Direcção da ANS decidiu elaborar um esquema sob a forma de fluxograma para melhor leitura e entendimento de algo que não tem interpretação fácil. Esse fluxograma é publicado noutro espaço deste jornal.

Decidiu ainda a ANS produzir uma tabela com uma projecção fazendo a comparação da reforma nos três regimes, com as fórmulas de cálculo em vigor em 2016, para a primeira posição remuneratória de cada posto, em valores brutos, para uma carreira de 40 anos revalorizada com passagem à reforma em 2036 sem penalizações de idade. Esta projecção é feita admitindo que nessa altura, face aos estrangimentos impostos pela legislação

acima referida, haja Sargentos a chegar aos postos de Sargento-Ajudante, Sargento-Chefe ou Sargento-Mor.

Numa análise fria e crítica, podemos dizer que, se este diploma entrar em vigor, se não tivermos força para o travar, os jovens que hoje estão a assumir compromissos com a aquisição de casa própria, por exemplo, com base em empréstimos a 40 e mais anos, poderão vir a ser confrontados com uma pensão de reforma que os impossibilita de cumprir tais compromissos.

Mas para além da análise mais abrangente do projecto importa referir que o artigo 7.º do dito diploma (*Prevalência*) revoga tacitamente todas as normas do EMFAR respeitantes a idades de acesso e formas de cálculo de pensão que sejam contrárias ao que se encontra plasmado neste diploma.

Se a ANS já manifestou as suas críticas e objecção por considerar mau e aviltante o EMFAR publicado pelo Decreto-Lei 90/2015, de 25 de Junho, da autoria da anterior governação PSD/CDS, não deixa de ser curioso que exactamente o mesmo Ministro que afirmou não querer mexer no EMFAR porque este “está ainda a assentar”(sic), avance agora e defenda, não só a

alteração do mesmo por revogação tácita de alguns dos seus aspectos, como também a implementação de dispositivos nele constantes, todos fortemente penalizadores.

Para explicar à sua massa associativa todas estas questões a Direcção da ANS, consciente das suas responsabilidades enquanto associação representativa dos Sargentos de Portugal, decidiu promover reuniões com os seus núcleos de associados, como aconteceu em 27 de Setembro na Delegação nº 1 do Clube do Sargento da Armada, no Feijó e em 28 de Setembro na Casa do Alentejo em Lisboa, estando entretanto outras reuniões em agendamento, nos núcleos da ANS por todo o País.

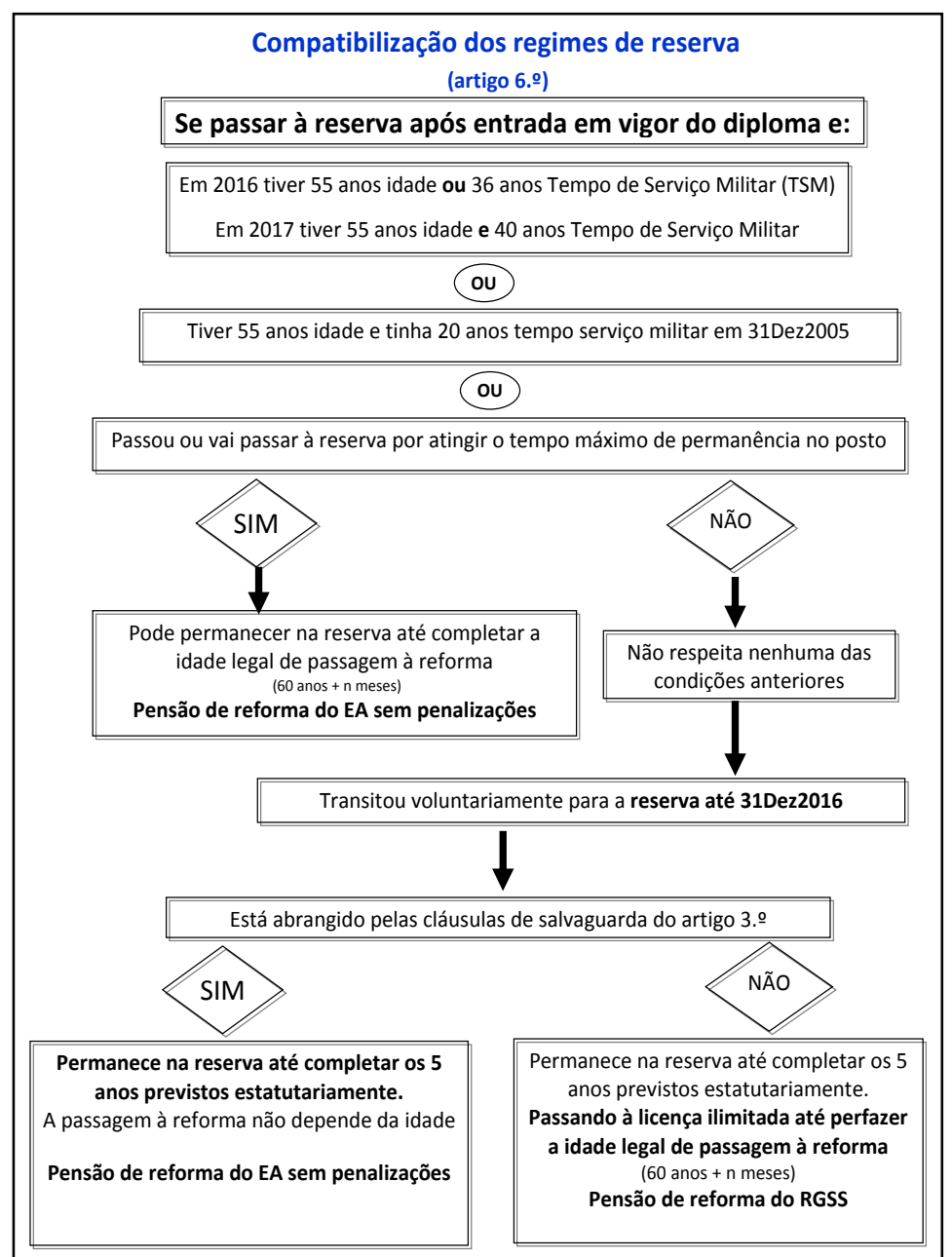
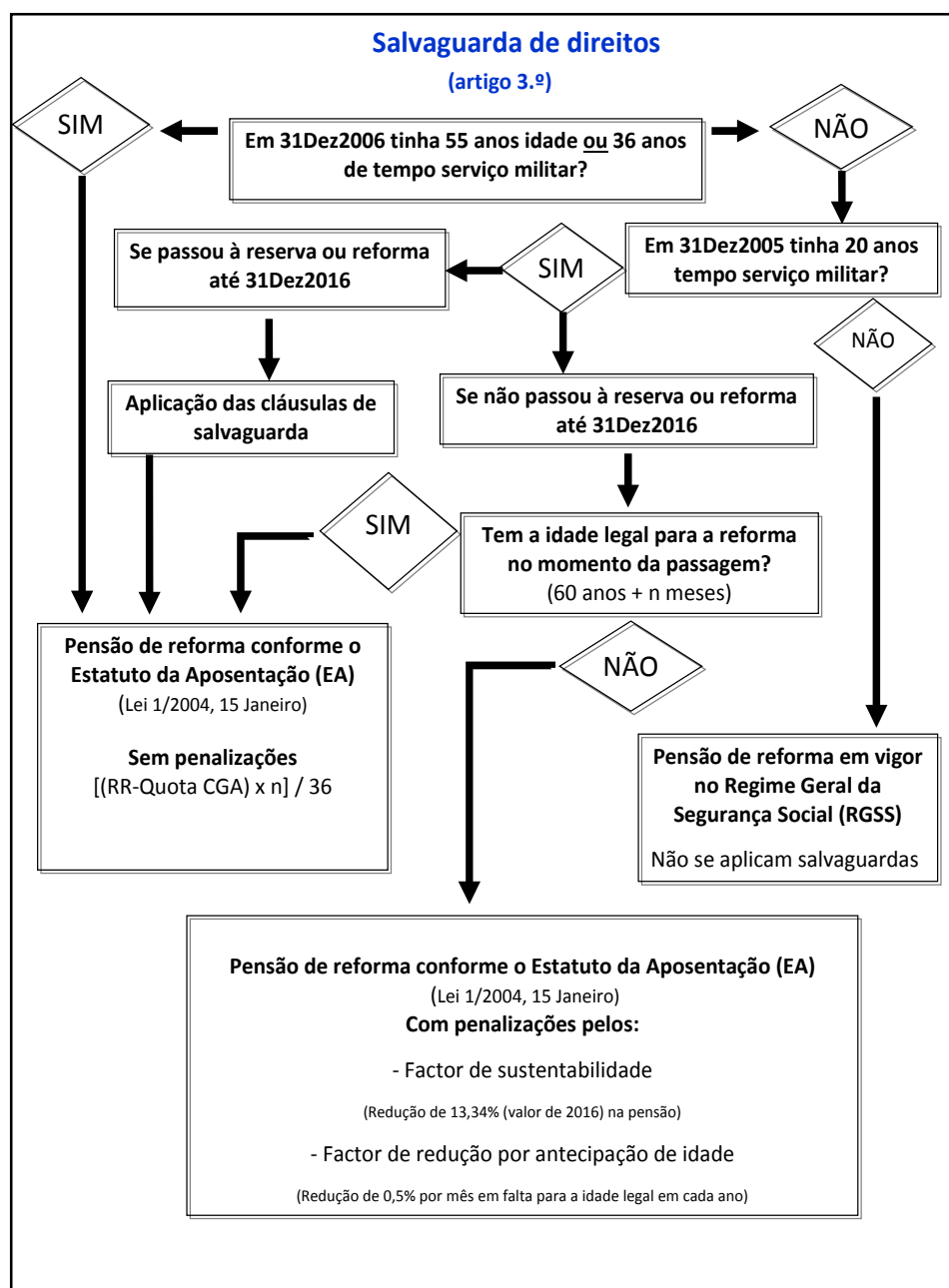
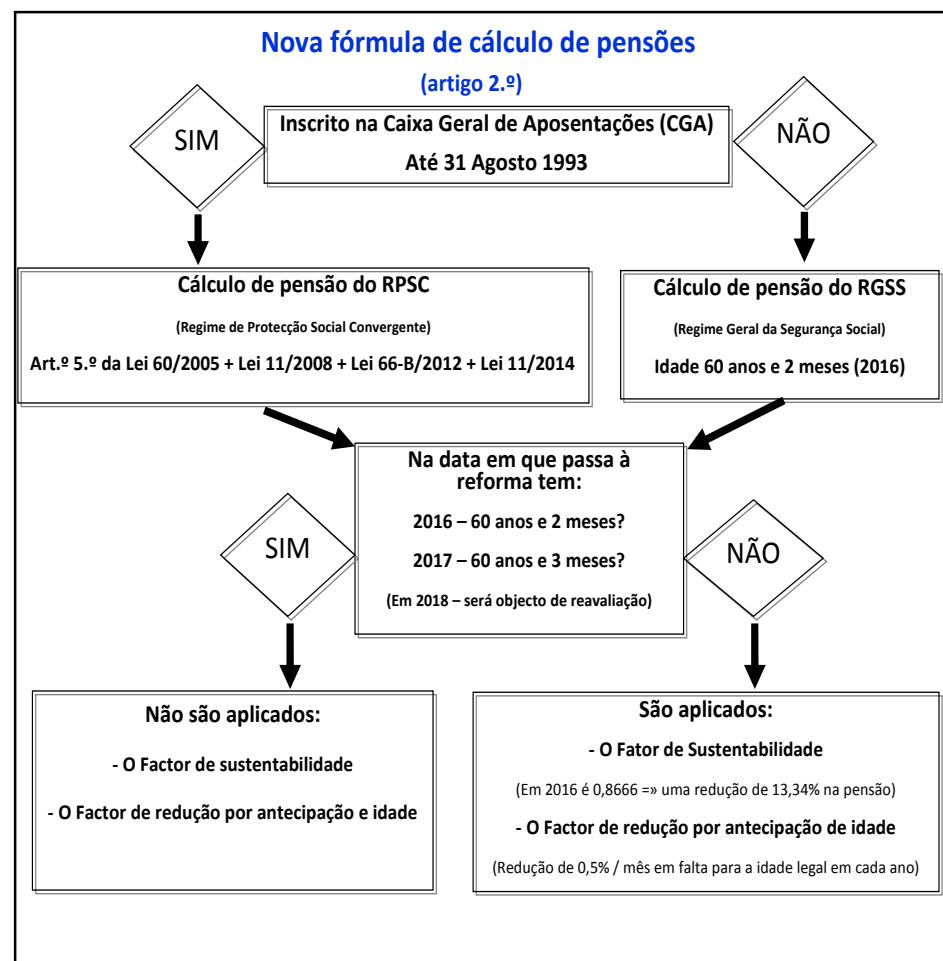
Depois das enormes perdas infligidas por governos anteriores, vamos assistindo hoje, noutros ministérios, a pequenos avanços na reposição de direitos dos respectivos funcionários e trabalhadores, dando cumprimento às promessas em tempo eleitoral e procurando respeitar os acordos efectuados após as eleições de 4 de Outubro de 2015, que trouxeram ao Parlamento a existência de uma correlação de forças diferente. Porém, aquilo a que vamos assistindo no ministério da Defesa Nacional é a continuação e implementação das políticas do anterior governo, quando não mesmo o agravamento de algumas medidas! Afinal o que é que mudou no ministério da Defesa Nacional? Apenas a figura do ministro? É que, de facto, a equipa que suportou todas as malvadezas que do anterior foram feitas aos militares, permanece praticamente intocada.

A questão ideológica subjacente à continuada desvalorização das Forças Armadas, à sua descaracterização e desmantelamento é evidente. Aquilo que um dia um dirigente da ANS caracterizou como sendo “a comissão liquidatária das Forças Armadas” continua empenhadamente na sua missão. Importa travá-la! Importa não o permitir, exigindo que se cumpra o que se encontra exposto na Constituição da República Portuguesa! ▲

Posto	V.Bruto PR 1	EA	corte	RPSC	corte	RGSS	corte
SMOR	2.337,88	2.080,71	-11%	1.494,73	-36,06%	1.106,39	-52,68%
Perda rendimento bruto mensal face à reserva			-257,17		-843,15		-1.231,49
SCH	2.152,51	1.915,73	-11%	1.393,32	-35,27%	1.045,26	-51,44%
Perda rendimento bruto mensal face à reserva			-236,80		-759,19		-1.107,25
SAJ	1905,34	1.695,75	-11%	1.300,78	-31,73%	977,25	-48,71%
Perda rendimento bruto mensal face à reserva			-209,59		-604,56		-928,09

PR1 = Posição Remuneratória 1; EA = Estatuto da Aposentação;  
RPSC = Regime de Protecção Social Convergente; RGSS = Regime Geral da Segurança Social

# Fluxograma elaborado pela ANS para melhor entendimento do conteúdo do projecto de Decreto-Lei que visa alterar as “CONDIÇÕES DE ACESSO E CÁLCULO DAS PENSÕES DO PESSOAL MILITAR E MILITARIZADO”





## Sessão Evocativa do 31 de Janeiro de 1891 - 125º Aniversário da Revolta do Porto -

A DORP (Direcção da Organização Regional do Porto) do PCP, no âmbito da sua participação na festa do jornal 'AVANTE!' deste ano, deu destaque ao 125.º aniversário da revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891.

A sessão, moderada por Valdemar Madureira, membro da DORP, realizou-se pelas 11H00 do passado dia 4 de Setembro, tendo sido convidados como oradores o Professor Silvestre Lacerda, Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e o Sargento-Mor António Lima Coelho, na qualidade de Director do jornal 'O Sargento'.

Na página oficial da Festa, na internet, podia ler-se que a sessão evocaria a Revolta "Protagonizada por sargentos e praças e com um expressivo apoio popular, [e] constituiu um momento marcante de luta contra a monarquia e o Ultimato Inglês, aceite pelo rei D. Carlos I e sua corte, o qual impunha termos humilhantes a Portugal. Em tempo de pressões e chantagens externas, o 31 de Janeiro continua a ser uma referência da luta por um Portugal soberano e democrático."

Lima Coelho, a quem coube a primeira intervenção, discorrendo sobre a história do novo jornal "O Sargento", ou da sua nova vida, explicou que já um quarto de século passou desde que os direitos sobre este título, proibido na sequência da Revolta, foram adquiridos pela ANS, sendo editado a partir daí como órgão oficial da associação. A função da publicação, já em 1891 como também agora, passa pelo mesmo objectivo: contribuir para a luta por melhores condições sociais para os Sargentos de Portugal e suas famílias. Traçando um paralelo entre o contexto sócio-político nos finais do sec. XIX e o actual, Lima Coelho sublinhou que, tal como na altura, também agora vemos a nossa soberania ameaçada; também agora, as condições em que o cidadão Sargento e a sua família vivem são muito abaixo daquilo que o seu juramento ao país exige; também agora, em nome de interesses externos, o Sargento vê

o Povo que jurou defender a passar por imensas dificuldades, enquanto assiste, entre o surpreendido e o indignado, à violação contínua e sustentada da CRP (Constituição da República Portuguesa), que jurou cumprir e fazer cumprir.

Silvestre Lacerda, numa perspectiva histórica, enquadrou igualmente a Revolta na demanda dos revoltosos, que sentiram como profundamente necessário o seu acto, por uma melhor e mais digna vida para si e para o seu Povo. Não obstante as falhas de organização, as traições de última hora e, até, as tentativas de amaciamento do fervor republicano por parte duma certa "esquerda dinástica", com o intuito de evitar a saída para a rua em armas, não foi o que aconteceu "nessa manhã de nevoeiro". Contra tudo e contra todos, os camaradas saíram. Foram derrotados, mas inscreveram os seus nomes (referidos por Lima Coelho, para sublinhar que poderão ser desconhecidos, mas nunca serão esquecidos) na História de Portugal e da República.

Seguiu-se um período de debate, curto, no qual houve oportunidade de afirmar o dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento, quer queiram quer não, tendo sido referidas as diversas iniciativas legislativas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP para que a Assembleia da República reconheça esse facto oficialmente.

Havia que concluir. E não andaremos longe da verdade se dissermos que as dezenas de pessoas presentes terão entendido, como síntese desta sessão evocativa do 31 de Janeiro, a noção de que as derrotas podem contribuir para a vitória maior, que viria, no caso, em 5 de Outubro de 1910. Os pioneiros de 1891 viram a sua obra concluída em Lisboa, 19 anos depois. Como



referiu Silvestre Lacerda "Nem sempre as derrotas se perpetuam", que é um modo diferente de dizer que vale, sempre, a pena lutar!

Luís Bugalhão ▲





# A Morte de Milita

No início do mês de Setembro foi o País brutalmente surpreendido com a trágica notícia acerca do sucedido no Campo de Tiro, em Alcochete, com os militares em preparação para os Comandos.

Não pretendemos fazer qualquer tipo de chicanagem ou aproveitamento de espécie alguma com tão trágica situação. O que não podemos deixar de fazer é acompanhar o evoluir da situação e mais do que esperar, desejar vivamente que os inquéritos e averiguações em curso cheguem rapidamente às necessárias conclusões e que sejam responsabilizados todos os que tiverem de o ser, quem quer que sejam!

Por maioria de razão merecem-no os familiares dos militares falecidos (a quem em tempo oportuno endereçámos as condolências, e que aqui agora nas páginas de “O Sargento” reiteramos), merecem-no todos aqueles que ficaram com a saúde debilitada, a quem desejámos e continuamos a desejar rápida recuperação, mas também o merecem os militares em geral e todos os demais cidadãos!

O que não pode ter lugar é a especulação, o aproveitamento, a dúvida, a desconfiança! O Povo Português precisa de ter confiança nos seus militares e nas suas Forças Armadas como o último garante da guarda das liberdades, direitos e garantias, da soberania e da independência nacional, dos valores e princípios inscritos na Constituição da República Portuguesa!

Para atingir tal desiderato, importa que, com a brevidade possível se esclareçam todas as dúvidas relativas a este caso, e a quaisquer outros que envolvam militares e as Forças Armadas. Importa mesmo perceber o que se passa nas e com as Forças Armadas!

Porque seguimos atentamente estas questões, entendemos publicar nas nossas páginas três posições expressas por diferentes cidadãos, em textos publicados em diferentes órgãos de comunicação social.

Assim, da autoria de Nuno Poças, publicado na edição de 20 de Setembro do jornal “O DIABO”, o texto intitulado “O Serviço Militar Obrigatório – Uma Geração de Mariquinhas?”.



Da autoria de Rui Fernandes, publicado na edição de 22 de Setembro do jornal “AVANTE”, o texto intitulado “O populismo inaceitável e a reflexão que importa!”.

E ainda, da autoria de Mário Begonha, publicado na edição de 24 de Setembro do jornal “EXPRESSO”, o texto intitulado “A morte de Comandos, em 2016”.

Respeitando a opinião dos autores, estando ou não de acordo com algumas das expressões usadas, independentemente da sua origem, posição política ou social, são textos que nos ajudam a reflectir prioritariamente sobre a tragédia da perda de vidas em acções de formação mas também sobre o caminho cada vez mais estreito para onde, sucessivos governos, vêm empurrando as Forças Armadas.

## O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO – “Uma Geração de Mariquinhas?”

Faço parte de uma geração que já não sabe o que é o Serviço Militar Obrigatório. Pior: os que, como eu, nasceram em 1985, até dispensados da inspecção militar foram. As coisas são o que são. Não servi o meu País, não conheço o quotidiano das Forças Armadas, não sei, na medida em que não o vivi, o que é um exercício duro. Muito menos o meu corpo de estudante universitário e, depois, de advogado soube o que é um dia de treinos numa tropa especial. É verdade que sou filho de militar, mas não vivi essas experiências, nunca vesti uma farda, nunca jurei bandeira – pelo menos formalmente.

Mas isso não me proíbe de reconhecer a importância do serviço militar obrigatório numa sociedade, não me obriga a ficar calado quando as Forças Armadas são alvo do desprezo do poder, nem me faz não reconhecer a sua relevância para um País que, ainda que vivendo em paz, deve ter o cuidado de proteger a sua soberania, o seu território, o seu povo, os seus aliados e, pasme-se, a sua paz – sobretudo num tempo em que ela vai estando ameaçada. Nem me faz desconhecer que um militar faz balizar (ou deve fazer) a sua vida mais por deveres e responsabilidades que por direitos, ao contrário de uma sociedade civil que, não servindo o Estado para coisa nenhuma, passa o tempo a exigir-lhe tudo.

Por isso me admirei com a reacção que se gerou na comunicação social, nos partidos e no Governo depois da tragédia que sucedeu nos Comandos. Julguei que a atitude a tomar passaria por lamentar, por corrigir, por dignificar quem morreu e quem ficou. Aquilo a que assistimos foi o triste espectáculo de uma elite mansa e covarde. A começar pelo Ministro da Defesa e a acabar nos partidos à direita, que não souberam dar aos Comandos a dignidade que lhe estavam a enlamear pelos jornais e pelas televisões.

Que o Ministro seja totalmente inapto para o desempenho daquelas funções, já se sabia desde o caso do Colégio Militar. Dele não se espera mais que uma demissão e um desaparecimento rápido e sem memória. O que não se esperava era que a direita se tivesse entretido a julgar que o que motivava a esquerda era uma qualquer vingança pós-25 de Novembro, sem afirmar cabalmente a importância da instituição militar, a existência dos Comandos e a dignidade de quem serve a Nação.

O Bloco de Esquerda fez o que se esperava, não por querer vingar Novembro ou por um qualquer ódio primária aos Comandos. O Bloco tem os seus



militantes (e o seu eleitorado) e é a eles que Catarina Martins deve responder e é por eles que deve falar. E o Bloco está, maioritariamente, perdido na área metropolitana pós-moderna, no centro neo-chique, no jardim do relativismo, num acampamento de gente nua e de nariz enfiado no rabo do senhor da frente. O Bloco fez o que devia fazer. Porque o seu trauma não é com os Comandos, mas com qualquer tipo de estrutura militar. Porque julga que a Guerra é um fenómeno do passado e que os conflitos, quando os há, se resolvem com uma passa e um abraço fraterno e respeitador dos direitos LGBT(etc.). O que não se esperava era que o Ministro alinhasse nesta política hippie-urbana. E muito menos se esperava que, à direita, não se dissesse, sem reticências, que os Comandos devem existir.

Esta questão da existência ou não dos Comandos só se tornou uma questão porque o Príncipe Real manda mais nas redacções que o País Real. Porque Catarina Martins resolveu aproveitar uma falha e uma desgraça humana para marcar agenda mediática com o seu programa “flower power”. Porque o fim dos Comandos e a degradação da instituição militar foi, para a imprensa, para as televisões, para os partidos, para o Governo, de mais importante discussão do que a vida dos militares. Tudo isto foi, enfim, um episódio profundamente abjecto. Clint Eastwood falou desta gente há umas semanas: é uma geração de mariquinhas.

Nuno Poças in jornal “O DIABO” de 20-9-2016

## O populismo inaceitável e a reflexão que importa!

Os Comandos vivem tempos conturbados em resultado do falecimento de dois instrutores e de



# res nos Comandos



alguns outros afectados na sua saúde. Uma situação que se lamenta profundamente e mais se lamenta dada a natureza do problema que conduziu a este desfecho, ou seja, não estamos a falar de um acidente, mas de um incidente.

Estão em curso inquéritos, seja o promovido pelo Exército através da iniciativa expedita do senhor General CEME, seja o promovido pelo Ministério Público, e deles, espera-se, será dado conhecimento público e retiradas as devidas consequências.

Neste contexto, falar da extinção dos Comandos, como propôs o BE, é de um populismo inaceitável. Não podem ser acontecimentos circunstanciais, por mais lamentáveis que sejam, a determinar opções dessa natureza. Todos os ramos já tiveram ocorrências desta natureza e isso não conduziu ao pedido de extinção das Forças Armadas. Veio ao de cima, no posicionamento do BE, o uso do artifício como forma de fazer política, estilo este corrente no BE e relativamente ao qual impera uma angelical complacência.

Acoplado ao acontecimento da instrução para tropas comando está também a prestação de cuidados médicos. Seja o do acompanhamento feito durante a instrução, seja o da prestação de cuidados quando necessário, seja o da capacidade de evacuação rápida e, por fim, o da capacidade do Hospital das Forças Armadas (HFAR) em responder às solicitações. É importante que os inquéritos em curso não se limitem ao problema concreto que determinou os falecimentos, mas possa ir mais longe, até porque, aparentemente, os tempos de resposta foram inaceitáveis. Por exemplo: por que não houve evacuação rápida por via aérea? Por que não foram os militares para o HFAR?

Esta questão do HFAR reveste-se de importância, dado o coro mais geral de críticas e insatisfação que há muito se colocam e que tem o seu epicentro na

decisão do governo PSD/CDS de unificar os hospitais, sem cuidar de garantir previamente as condições de funcionamento cabal da nova estrutura, conforme o PCP na altura alertou. A vida veio comprovar, mais uma vez, os alertas feitos.

O grande desígnio do governo PSD/CDS e do ministro Aguiar-Branco foi fechar! Como ficavam os militares e suas famílias; como ficava a resposta à saúde operacional, logo se via para não dizer: amanhem-se. Será importante que o actual Governo e o actual ministro não prossigam no mesmo trilho.

A depauperação geral a que os militares têm sido sujeitos é um facto que só não vê quem, conscientemente, não quiser ou, é legítimo, quem achar que o que é diferente deve ser tratado de forma igual. Se a primeira questão não tem resolução, a segunda tem implicações.

Se o caminho é o da igualização nos direitos, penalizando os militares, já que em matéria de deveres a penalização e a diferença é óbvia, então, mais cedo do que tarde, colocar-se-ão nesta matéria muitos outros aspectos em que os direitos estão arredados. Não venham depois utilizar o velho «papão» da coesão e da disciplina, entre outros, para dizer que não pode ser. Até porque, a experiência internacional o demonstra, não há na verdade «papões», mas tão só fantasmas e preconceitos.

Esta é uma reflexão que, antes de mais, cumpra ao poder político, ao Governo (este ou outro), seriamente fazer, porque dificilmente será comportável ser prosseguido o caminho de transformação dos direitos sociais, nas reformas, etc., dos militares, aproximando-os das regras gerais para qualquer trabalhador da administração pública, sem que isso coloque em cima da mesa outras matérias até hoje arredadas.

Vejamos: o Governo pôs em apreciação um diploma sobre um novo regime de cálculo de pensões de reforma. Diz o MDN que é salvaguardada a diferença militar e não militar. É mesmo? Salvo melhor opinião, assim será para quem beneficiava das condições constantes no estipulado na lei 166/2005 e passe à reserva até ao final deste ano. Mas para os que saíam fora disto a realidade parece ser bem diferente, para pior.

**Rui Fernandes in jornal "AVANTE!" de 22-9-2016**

## A morte de Comandos, em 2016

*"Quando se toma uma decisão, qualquer que ela seja, tem que se prever, as implicações que podem surgir no futuro. Isso é visão prospetiva, o contrário é menoridade intelectual"* (Max Cunha).

Porque morrem comandos na instrução? Porque quem dirige não tem competência profissional, certificada, por uma universidade, nessa área, e porque houve uma decisão política e pessoal para afastar um docente (vitalício) da Academia Militar, que consistiu em extinguir o Grupo Disciplinar de Motricidade Humana, na Academia Militar, nomeadamente as cadeiras D-301 e D-302, Desenvolvimento e Adaptação Motora e Metodologia do Treino (métodos de treino) respetivamente, criadas por militares, licenciados em Motricidade Humana, pela Universidade Técnica de Lisboa, e que funcionou durante 20 anos, dotando os oficiais, saídos da Academia Militar, com competências superiores, na área da Motricidade Humana. Tal medida

inconsciente, negligente, errada e, hoje, assassina, foi tomada por um comandante da Academia Militar em 2003, com o aval do Estado-Maior do Exército.

Como diria o professor Max Cunha, "governar é também prever o futuro" e houve, de facto oficiais do Exército que colocaram, em primeiro lugar, os interesses do Exército, do país e a *performance* dos seus futuros oficiais, saídos da Academia Militar, enquanto outros tinham outras opções pessoais... quicá, partidárias, relegando para segundo plano, o conhecimento e a eficácia dos novos oficiais.

Esta é uma explicação plausível para o que aconteceu com o curso de comandos, que pode vir a abrir a possibilidade da criação de um quadro técnico de licenciados em Motricidade Humana, à semelhança de outros, como Medicina, Veterinária, Enfermagem, Psicologia, etc.

Não compreendemos, nem aceitamos, que pessoas inteligentes, embora néscios na matéria, e hoje políticos, possam sequer admitir extinguir os Cursos de Comandos, não, o que é preciso é corrigir os erros cometidos, porque o que aconteceu é anómalo e não pode ocorrer com profissionais que sabem o que estão a fazer.

Não sabemos porque, deliberadamente, não quisemos saber, mas a Sociologia (e não só) leva-nos a pensar que nem o Presidente da República, nem, talvez, o ministro da Defesa tenham cumprido serviço militar obrigatório e por isso não podem compreender a honra e o privilégio que é envergar uma farda militar e jurar defender a Pátria, até, ao sacrifício máximo, que é a morte, e fazê-lo com honra e total seriedade numa cerimónia com grande dignidade e inesquecível, para quem nela participou.

Fechar os Comandos é uma atitude errada e significa falta de confiança nas nossas próprias convicções e de certa forma mostrar ao mundo que nos falta tudo para fazer aquilo que tem de ser feito para manter a nossa soberania e a nossa independência, ou seja, Forças Armadas, bem treinadas, com fortes convicções e grande amor à Pátria.

Mas é preciso, sem dúvida, expulsar, quanto antes, os "vendilhões do templo".

**Mário Begonha in jornal "EXPRESSO" de 24-9-2016 ▲**





## Romagem à Campa de José Barata – Marinheiro Insubmisso!

**A**ssinalando o segundo aniversário da morte de José Barata - Tarrafalista, Marinheiro Insubmisso, Comendador da Ordem da Liberdade, Sargento-Ajudante da Armada - a Associação de Praças promoveu uma romagem à sua campa no cemitério de Oeiras.

Nesta singela mas sentida homenagem, Luís Reis, Presidente da AP, agradeceu a presença das entidades, dos camaradas e dos amigos.

Luís Reis lembrou os “homens que na longa noite do fascismo foram portadores da chama da Liberdade”. Referiu que “sentindo o passado, não esquecemos que foi com o resultado da longa luta de todos aqueles que sacrificaram as suas vidas que hoje podemos viver em liberdade, e vivendo o presente com os olhos postos no futuro, travamos a nossa luta em prol da liberdade e democracia, bebendo a coragem dos que realizaram a Revolta de 1936”.

Prosseguiu recordando os “homens que nunca deixando de acreditar na soberania do estado também nunca deixaram de honrar os valores morais e éticos da Sociedade, ao serviço da qual estavam então, mas por insistirem em defender a todo o custo a dignidade da condição humana foram injustamente condenados”.

Ponto forte da intervenção foi o momento em que lembrou as palavras que José Barata proferiu na homenagem que lhe foi publicamente prestada em 2006, no Feijó, por ocasião do 70º aniversário da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936.

Pela importância, e sendo reveladoras do pensamento sempre actual e apurado de José Barata, transcrevemos na íntegra essa parte da intervenção:

*“Lutámos pela defesa dos nossos interesses de classe, espezinhados e humilhados; solidarizámo-nos, protestando de armas nas mãos, com os nossos camaradas, injustamente expulsos da Armada, e alguns entregues à PIDE de então; e, consequentemente, como o tínhamos feito, antes, lutámos contra o governo fascista todo poderoso, nessa data, e que era o inimigo comum de todos nós, tanto das praças da Armada como do povo português, a que nos orgulhamos de pertencer.*

*Eis, em resumo, a essência e a motivação do nosso acto revolucionário.*

*E embora o tenhamos levado a cabo com esforço empenho e muita coragem, com muita consciência, até, do que íamos fazer, sem força bastante e só com razão, o que nos custou cinco mortos na altura da Revolta e outros cinco assassinados na prisão do Tarrafal, os revoltosos do 8 de Setembro não têm que renegar o que fizeram.*



*Todavia devem anotar o erro táctico que cometeram (lutando sozinhos, isolados), porque isto é o mais importante para justificar a sua derrota.*

*Éramos só praças rasas – desde alunos até ao posto mais elevado, o de 1º marinheiro, tendo, apenas, um destes, o curso de cabo, mas ainda não promovido.*

*Portanto, não havia cabos, nem sargentos, nem oficiais, nem ligação com quaisquer outros ramos da família militar. Por isso, isolados, facilmente fomos vencidos e esmagados.*

*Camaradas, hoje a lista dos problemas graves interferentes na nossa vida profissional e familiar é de monta. Mas há também outras classes profissionais diferentes como a educação, a saúde, a segurança social, a justiça, o trabalho, etc., etc.*

*Isto é, a política de direita que os sucessivos e alterantes governos têm levado a efeito, na prática afecta a vida de todos nós.*

*E é por isso que todos protestam. Contudo, se estes protestos pudessem ser feitos numa forma globalizante, já que a globalização está na ordem de dia, globalizante o mais extensível possível, de certo que a força dos que protestam seria muito maior. Aliás, os pretensos “senhores do mundo” bem aprenderam a lição e vêm globalizado o melhor possível os seus interesses e a sua defesa.*

*Os nossos governantes criam imagens virtuais e querem-nos impingir-las para desfazer a imagem da vida real que nos cerca.*

*Mas como é que o podem conseguir se, por um lado, os media nos dizem e mostram a crescente e incessante*

*miséria e outras muitas dificuldades que atinge a maioria do nosso povo? E, por outro lado, nos dizem e mostram que nunca tão poucos arrecadaram tantos lucros de milhões de euros?*

*Cremos que não temos necessidade de fazermos cursos superiores para chegarem a elucidativas conclusões...*

*Vivemos, afinal, no meio de injustas, desumanas e flagrantes desigualdades sociais. O que não está certo. Comemoramos, hoje e aqui, uma jornada de luta realizada há 70 anos e de consequências bem duras. Infelizmente, e por aquilo que foi dito, antes, parece termos regressado à estaca 0 e a necessidade de lutarmos foi-nos imposta mais uma vez e de que maneira!?*

*Quero deixar bem claro, entretanto, que apesar da minha avançada idade e de o meu estado de saúde não ser o mais propício, tenho sentido a luta que se trata na actualidade como minha, também, porque ela diz respeito aos interesses do meu viver e os militantes activos desta luta podem contar sempre comigo, mesmo assim, como um esforçado e permanente apoiante seu.”*

Terminando a sua intervenção, Luís Reis reforçou ser este o carácter do José Barata, força motivadora para muitos militares de hoje!

Foram ainda produzidas breves intervenções pelos representantes das várias organizações presentes, ANS, AOFA, URAP. Após a prestação das honras militares prestadas por um Terno de Clarins dos Fuzileiros, foram depositadas coroas de flores junto da campa do Comendador José Barata. ▲

## IASFA – Senhor Ministro, o assunto é sério!

**N**o passado dia 9 de Julho de 2016 decorreu no edifício sede do IASFA – Instituto de Acção Social das Forças Armadas, uma reunião do seu Conselho Consultivo. Esta reunião foi agendada potestativamente por intervenção das quatro associações profissionais de militares (ASMIR, ANS, AOFA e AP) que por direito próprio e força de lei, também integram aquele Conselho. A razão do pedido de agendamento potestativo teve por base o esgotamento dos prazos legais estipulados e a irracionalidade que encerra a apreciação e votação de um plano anual de actividades e o seu relatório, em simultâneo.

O tema e o método têm sido recorrentes mas, o Presidente do Conselho Directivo do IASFA, o Tenente-General Xavier Matias, justificou o facto com as dificuldades de pessoal e recursos em que encontrou o IASFA quando tomou posse. O que referiu também não era novo e era um constrangimento referido pelo anterior presidente, o Tenente-General Fialho da Rosa.

Em sede de Conselho foram apresentados os documentos a apreciar e votar: o Plano de Actividades (PA) o Relatório de Actividades (RA) ambos de 2015 e ain-

da do Plano de Actividades para 2016. Apesar de todos os documentos terem sido alvo de reparos, foram o PA2015 e essencialmente o RA2015 que suscitaram as maiores dúvidas quanto à clareza e à consistência dos números apresentados. Ainda assim, estranhamente, foram aprovados com os votos contra da AOFA e da ANS, tendo a ASMIR votado favoravelmente mas com reparos pertinentes (por motivos inopinados de serviço, o presidente da AP não pôde estar presente).

Assistimos a mais uma irracionalidade! Como é possível que os representantes dos beneficiários com assento no Conselho Consultivo possam votar favoravelmente algo que, não cumprindo a lei, levanta as maiores e mais legítimas dúvidas?

O IASFA, preocupação maior assumida pelo Ministro da Defesa, não apenas em sede de audiência com dirigentes associativos, mas também em afirmações públicas, foi o alvo da sua primeira alteração legislativa. Sem cuidar de corrigir contradições com a Lei-quadro de Funcionamento dos Institutos Públicos, publicou no Diário da República, 1.ª série — N.º 123 — de 29 de junho de 2016, o Decreto-lei n.º 35/2016, de 29 de Junho, que altera as missões e atribuições

do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, I. P., eliminando a possibilidade de este Instituto conceder empréstimos aos beneficiários, e alterando a composição do Conselho Directivo, passando este a integrar mais um Vogal. Ora, isto já foi há mais de três meses, e visava “dar resposta a uma situação considerada crítica, direccionada à alteração da estrutura da governação e a uma definição clara dos objectivos” (SIC).

Senho Ministro da Defesa, o IASFA continua hoje a funcionar como se nada se tivesse passado. O Conselho Directivo continua com a mesma composição e com os mesmos (dois) titulares e, a avaliar pelos resultados percepcionados, os decisores têm dado mais atenção, com a própria participação pessoal, às reuniões e viagens no âmbito do CLIMS (passeios para um universo restrito de beneficiários), do que ao núcleo central que é a principal e fundamental razão de ser do Instituto de Acção Social das Forças Armadas - a Acção Social Complementar!

As leis, para terem efeito, não basta escrevê-las e fazê-las aprovar. Por isso consideramos legítima a questão: Para que serviu a alteração legislativa produzida? ▲



## Clube de Praças da Armada e Associação de Praças evocam 80º aniversário da Revolta dos Marinheiros

**A** Associação de Praças e o Clube de Praças da Armada realizaram no passado dia 8 de Setembro uma "Sessão Evocativa do 80.º Aniversário da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936», integrada nas comemorações do Dia Nacional das Praças das Forças Armadas.

A sessão que decorreu no Auditório da Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó, Almada, foi aberta pelo Presidente da Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó, Luís Palma, acompanhado pelos Presidentes da Associação de Praças, Luís Reis e pelo Presidente do Clube de Praças da Armada, Carlos Cardoso.

Moderada por António Cangueiro, Presidente da Assembleia Geral da Associação de Praças, teve como oradores Luísa Tiago de Oliveira, historiadora que abordou o tema "A Revolta dos Marinheiros de 8 Setembro 1936"; Carlos Almada Contreiras, Comandante da Marinha que teve como tema "O Movimento das Forças Armadas e o 25 Abril 1974"; José Brinquete, Marinheiro L que apresentou o tema "A CDAP Comissão Dina-

mizadora do Associativismo das Praças" e finalmente Carlos Nicolau, Vice-presidente da Associação de Praças que fez a abordagem sobre "O Clube das Praças da Armada e a Associação de Praças".

Entre os muitos presentes contavam-se o presidente da Câmara Municipal de Almada, Joaquim Judas, a deputada da Assembleia da República pelo grupo parlamentar do PCP, Paula Santos, e muitos convidados do mundo associativo militar e civil.

Na abertura do evento Luís Palma sublinhou *"a honra que temos, enquanto autarquia local, em receber aqui as invocações de uma data que mudou a vida de tantos, uma data que inspira tantos valores a que estes marinheiros revoltosos deram rosto."*



**É no Feijó também que está localizado o monumento aos Marinheiros Revoltosos, o que também muito nos honra."**

Este autarca fez referência a um dos outros momentos altos do dia, também integrado nas comemorações do Dia da Praça, a inauguração da exposição sobre a Revolta de 1936, no Museu da Cidade, convidando a uma visita todos os presentes e para que passem a palavra, *"para que os mais jovens possam também conhecer a história"*.

Na abertura tomou ainda a palavra Luís Reis que, emocionado, leu um e-mail enviado pela jornalista Gisela Santos de Oliveira, autora do livro «A Revolta dos Marinheiros de 1936», onde a autora destaca a coragem destes militares e onde, entre outros, destaca a entrevista feita ao Comendador da Ordem da Liberdade, Tarrafalista e Marinheiro Insubmisso José Barata.

Foi exactamente junto do monumento aos Marinheiros Revoltosos referido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó que no dia 10 de Setembro teve lugar novo acto comemorativo no âmbito do Dia Nacional da Praça, em que as duas entidades promotoras organizaram uma romagem ao Monumento, com a presença de inúmeros convidados institucionais que depositaram coroas de flores, tendo o General Pezarat Correia como convidado de honra do evento, proferido uma alocução acerca do importante papel das Praças das Forças Armadas em todas as ocasiões de grande relevância histórica para Portugal.

As comemorações prosseguiram com um almoço e distribuição de prémios relativos às diversas modalidades que preencheram o programa e terminou com uma actuação de grande qualidade da OLE – Orquestra Ligeira do Exército. ▲



## Conferência: FUNÇÕES SOBERANAS DO ESTADO

**N**uma iniciativa inédita em Portugal, cerca de dezena e meia de sindicatos e associações representando cidadãos que exercem as suas profissões no âmbito das funções soberanas do Estado têm efectuado reuniões de trabalho no sentido de levarem a cabo um evento conjunto.

Estes profissionais exercem as suas funções integrados em cinco ministérios, Ministério da Defesa Nacional, Ministério da Administração Interna, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Justiça e Ministério das Finanças.

O evento conjunto terá o formato de uma Conferência a realizar no dia 20 de Outubro de 2016 num auditório do Campus da Universidade Católica de Lisboa.

A Conferência subordinada ao título "Funções Soberanas do Estado – Em nome do Povo, Respeito pela Constituição" decorrerá durante todo o dia e, em princípio, contará com a presença e intervenção do Presidente da República na sessão de abertura.

Dividida em dois grandes painéis, debaterá no período da manhã o tema "Defesa, Política Externa e Segurança", contando como oradores o Comandante Almeida Moura, o Professor Doutor Severiano Teixeira e o Professor Doutor Bacelar Gouveia, com a moderação da jornalista Luísa Meireles, do semanário "EXPRESSO".

Da parte da tarde o debate será em torno do tema "Justiça e Finanças", tendo como oradores o Professor Doutor Paz Ferreira, o Professor Doutor Luís Fábrica e o Professor Doutor Lobo Moutinho, estando a moderação deste painel a cargo do jornalista Vitor Costa, do diário "PÚBLICO".

A sessão de encerramento da Conferência estará a cargo do Reitor da Universidade Católica.

As associações profissionais de militares – ANS, AOFA e AP – responderam prontamente ao repto lançado por associações e sindicatos de sectores das Finanças, Justiça e Política Externa, percebendo a im-

portância e a dimensão que efectivamente tem uma iniciativa conjunta de cidadãos que diariamente trabalham em prol das funções soberanas do Estado.

Trabalhar, discutir, analisar conjuntamente as especificidades de cada sector, no profundo respeito pelas diferenças essenciais às actividades exercidas em cada área de actuação, é a melhor forma de aproximar estes profissionais, aprofundar o respeito entre pares e junto dos cidadãos mas, acima de tudo, evitar que maldosamente alguém pretenda dividir os diferentes universos na prática mesquinha tantas vezes tentada e utilizada de colocar portugueses contra portugueses.

A consciência de trabalharem todos, nas suas áreas específicas é certo, mas em prol da defesa dos valores e princípios inscritos na Constituição da República, servindo o Povo Português, é o mais forte factor de unidade destes cidadãos que exercem com elevado profissionalismo as Funções Soberanas do Estado! ▲

## CORREIO DOS LEITORES

## “Punir” a qualquer custo...

Caros camaradas, deixem que vos deixe aqui um desabafo, que lhes conte uma breve história, sobre um problema recorrente que sucede no dia-a-dia, situação essa que embora tenha atingido um militar específico, existem muitos de vós que se trataram ou já sentiram na pele tal injustiça.

Como militares temos inúmeros sacrifícios individuais, inclusive o da própria vida em benefício da Pátria. Temos também que ter Valores, Deveres e Ética Militar.

Deveres que são, entre tantos, dever de obediência, dever de disponibilidade, dever de lealdade, dever de zelo, dever de camaradagem, dever de responsabilidade, dever de sigilo, dever de honestidade, dever de correção, dever de aprumo.

No sentimento de dever cumprido, todos os militares fazem os possíveis, com os poucos (por vezes escassos) recursos materiais e financeiros que dispõem ao seu alcance para o aprontamento dos Meios Navais, Aéreos e Terrestres, para colocar ao dispor da população e para o cumprimento das suas missões, sejam elas de salvamento como de defesa da nossa soberania. Contudo e na maior parte das vezes têm de recorrer à entreatu- da (ou em termos leigos “troca de favores”), como por exemplo, já me vi na obrigação de recorrer de meios dos Bombeiros Voluntários, mas quem diz esta situação diz outras tantas iguais ou parecidas, o que importa é fazermos o nosso trabalho (sermos nós a pedir os favores e ficarmos a “dever” esses favores) e as nossas chefias ficarem bem vistas, porem-se muitas das vezes à parte, do tipo não saberem de nada, devendo pensar que temos algum contrato com algum Santo, que as reparações aparecem arrançadas por milagre, sem terem gasto verbas que lhes são atribuídas para o efeito. Tudo isto na prática funciona bem enquanto a chefia e o comando precisar de nós e continuarmos sem lhes causar muitas dores de cabeça e chatices. Esses favores não são em proveito do militar que se sujeita a isso, o proveito é para a Instituição e para o Comando dessa Unidade.

Assim e sem me alongar muito, recentemente, num dos ramos das Forças Armadas, simplesmente por capricho de quem pensa estar acima do poder Judicial, acima dos Tribunais e Juizes em Portugal, simplesmente por lhe ter sido dado poder hierárquico, talvez para demonstrar serviço, puniu internamente um militar subordinado dele, no caso é Sargento, sem qualquer prova e sem qualquer princípio da legalidade, sem qualquer princípio da igualdade, proporcionalidade, justiça e imparcialidade.

Contra o referido militar, e sobre a mesma acusação,

iniciou também uma acusação criminal que ficou a cargo do DIAP, nomeadamente da PJM.

Assim e com os poderes que lhe foram conferidos, condenou nos seguintes moldes:

“...o militar violou o dever de lealdade, infringindo o disposto no artigo 16.º, n.º 2, alínea c), do RDM, que consiste: *“Informar com a verdade o superior hierárquico acerca de qualquer assunto de serviço”* e o dever de honestidade, infringindo o disposto no artigo 22.º, n.º 2, alínea b), do RDM, que consiste: *“Não se apoderar de bens que não lhe pertençam, nem utilizar bens do Estado em seu proveito”*...”

“...provou-se que, na adoção da conduta descrita, o arguido agiu de forma dolosa e consciente, demonstrando um comportamento em nada condizente com a responsabilidade de sua categoria e posto, bem como com a postura e disciplina exigida a um militar das Forças Armadas...”

“...Milita contra o arguido a agravante constante do artigo 40.º n.º 1 alínea j) do RDM, a premeditação, pois atendendo à leitura dos autos, poder-se-á concluir que o arguido terá formulado o seu intento 24 horas antes da prática da infração...”

No recurso interposto ao CEM, a decisão do gabinete de apoio jurídico do CEM determinou, mesmo sem que o instrutor do processo tivesse todos os meios para fazer investigação, tendo de aguardar pelo órgão de investigação criminal ao dispor, PJM, conclui-se: faz-se prova que o Sargento em causa se apoderou de bens do Estado em proveito próprio.

Veio o DIAP, decidir e concluir, baseado na investigação da PJM (órgão competente de investigação criminal), que não havia prova, nem fundamento criminal para responsabilizar o referido Sargento, pelo que **ARQUIVOU** o respectivo processo.

Assim as questões que ficam em aberto são:

- Com que direito se difama o bom nome de uma pessoa desta maneira?
- Com que direito se coloca em causa o profissionalismo de um militar, que a única coisa que fez e faz é honrar a Pátria e o Ramo onde presta serviço?
- Que Comandante difama e condena sem prova, sem aguardar o fim da investigação, um militar subordinado?

Entretanto com estes processos e acusações, ficou o referido militar demorado na promoção, ficando a aguardar o desfecho do processo no DIAP, processo esse que deveria ter sido acompanhado até ao seu final pelo Ramo em questão, pois foi o próprio que o iniciou.

Entretanto, foi arquivado o respetivo processo no DIAP, mas para surpresa, o Ramo militar em questão continuou sempre sem saber de nada, tendo de ser o militar a tomar a iniciativa de informar, notificar e desencadear o fecho do processo na Repartição de Pessoal.

Assim e após o fecho dos processos abertos, o militar continuou sem ser promovido, pois a Repartição de Pessoal, tinha a informação que tinha que aguardar autorização para as promoções desse ano, quando o EMFAR dizia, através do ponto 3 do artigo 67.º,

*“O militar demorado é promovido logo que cessarem os motivos que determinaram a demora na promoção, independentemente da existência de vacatura, ocupando na escala de antiguidade do novo posto a mesma posição que teria se a promoção ocorresse sem a demora.”*

Mais uma vez, foi necessário ir atrás do prejuízo! Pelos vistos a Lei não é interpretada igualmente entre todos os Ramos das Forças Armadas, pois enquanto esse militar ficou a aguardar sete meses pela promoção, outro Ramo das Forças Armadas promoveu três militares.

Sem querer divagar, mas fazendo alguns reparos:

- É fácil quando olhamos só para o nosso umbigo e quando temos os nossos problemas resolvidos.
- É fácil quando esses superiores hierárquicos solicitam aos subordinados que peçam favores (pois assim eles nunca devem nada a ninguém, nem dão a cara por nada) para resolver problemas por vezes causados por eles próprios.
- É triste saber que os militares desse Ramo são meros números, que não têm qualquer acompanhamento, que não interessa o seu bem-estar profissional, emocional e pessoal.

➤ É mais fácil dificultar que facilitar.

Mas vale a pena por vezes correr o risco de questionar quem de direito sobre o “porquê”, utilizar todos os meios que dispomos para recorrer sobre as injustiças que nos são impostas, nunca perder a esperança e a calma para a resolução da injustiça. Mais tarde ou mais cedo a verdade vem sempre ao de cima.

Quero também aproveitar para agradecer à Associação Nacional de Sargentos pela ajuda e pela disposição de resolver e ACOMPANHAR de perto todo o desenrolar da situação, o meu MUITO OBRIGADO. É bom saber que ainda podemos contar com o apoio e ajuda de alguém, que não estamos sozinhos na luta dos nossos direitos.

Bem Haja a todos....

Leitor devidamente identificado ▲

## Notas breves sobre uma noite na Messe da Batalha, no Porto

Quando por fim conseguimos ter condições para passar uns dias fora de Benavente, eu e a minha companheira, resolvemos partir rumo ao norte para fugir um pouco à rotina e às muitas solicitações. Dois dias antes telefonei para o CAS-Porto, do IASFA, para marcar um quarto para duas noites e daí seguir mais para norte. Primeiro azar: a partir desse dia estaria tudo reservado por um grupo de belgas que, pelos vistos têm preferência relativamente aos associados.

Segunda hipótese: seguir viagem e ficar num hotel ou pensão numa localidade onde nos apetecesse pernoitar. Parámos em Aveiro para almoçar um peixe, o que fizemos, e pensámos rumar ao Porto e pernoitar nessa noite na antiga Messe de Sargentos do Porto. Lá chegados, à Areosa, estacionados à porta das instalações, fomos até à porta e bem batemos, nada: nem porteiro, nem qualquer informação que esclarecesse a situação: nada!

Telefonei ao nosso actual director de O Sargento, o camarada Lima Coelho, que costuma estar sempre

informado, e ao camarada Mário Ramos que também podia ajudar a esclarecer a coisa: também não sabiam de nada mas que se iam informar e depois telefonavam, o que fizeram com alguma rapidez, diga-se. Não só esclareceram que estas instalações já não funcionavam, e que todos os militares ficam agora alojados na antiga Messe de Oficiais na Batalha, como enviaram o endereço e o contacto telefónico.

Lá seguimos, com o mapa em papel à mão para confirmar o GPS, como faziam os merceeiros no início das máquinas de calcular electrónicas, confirmando as contas à mão até terem total confiança nas ditas modernas. Chegados à Batalha, onde arrumar o carro? Obstáculo resolvido com a ajuda de um merceeiro da rua contígua. Com a tralha na mão lá seguimos até à recepção do bonito edifício, com uma localização excelente, mas cujo interior, quartos e respectivo mobiliário, colchão e roupa incluídos, são do tempo da «Maria Cachucha»: **tal como não houve o cuidado de colocar um simples papel informando que antiga messe está**

**encerrada há dois anos e que passou a funcionar na Batalha para todos, indicando o endereço e contactos telefónicos, ainda menos houve o cuidado de renovar e actualizar o interior desta Messe.**

Uma noite para esquecer: colchão tipo bossas de camelo, almofadas péssimas, vista para um pátio interior, sem ar condicionado mas com uma ventoinha que parecia um tractor a trabalhar, tal como o pequeno frigorífico, melgas ávidas,... enfim: uma experiência má numa excelente localização.

Enquanto me inscrevia ouvi uma marcação telefónica de alguém do gabinete do ministro – talvez um dos seus assessores, não apurei – e à saída imaginei que talvez essa pessoa, mais as quatro que pelos vistos o acompanharão, relatem o caso ao ministro e este decida desbloquear uma pequeníssima parte da verba orçamentada e que de certeza não será gasta na Defesa Nacional, para a actualização necessária e urgente da messe, quem sabe...

Domingos David’ Pereira ▲



# FORÇAS ARMADAS, (CONTINUAM A SER) UM SERVIÇO PÚBLICO A PRESERVAR E A DEFENDER!

**E**m 2009 motivados por uma notícia tendenciosa e enganosa de um jornaleco da nossa praça, produzimos um comunicado utilizando os números avançados pelo dito jornal, fizemos contas e concluímos então que o preço do dispositivo das Forças Armadas portuguesas, com um efectivo de 36.780 militares (números do dito jornaleco) era então de 2,88€/hora. Este ano depois de, no calor dos incêndios florestais, alguns terem perguntado onde estavam as Forças Armadas, resolvemos actualizar aqueles cálculos.

Concluíamos então em 2009: «*Portanto 2,88€ terá sido quanto o País investiu no pessoal que faz funcionar num dispositivo 24 horas por dia, todos os dias do ano, em quaisquer condições e cobre uma gama de serviços públicos que vão desde:*

- *O transporte de titulares de Órgãos de Soberania e Organismos oficiais, à abertura de caminhos e construção de pontes no País e no estrangeiro;*

- *Da segurança e navegabilidade nos espaços, marítimo e aéreo, até à salvaguarda da vida no mar (de 2003 a 2006 só a Marinha salvou em média 1.949 vidas/ano), e à evacuação de doentes e sinistrados, às centenas por ano;*

- *Da fiscalização de embarcações, cujas coimas e apreensões revertem para o Estado, até actividades culturais como a manutenção e disponibilização a centenas de milhares de alunos do Aquário Vasco da Gama, do Planetário, dos Museus, à manutenção e preservação de um vasto conjunto de edifícios históricos;*

- *Do apoio ao Serviço Nacional de Saúde e ao Serviço Nacional de Protecção Civil, até à sinalização e farolagem das nossas Costas e Portos, e às investigações marítima e oceanográfica;*

- *Da cartografia marítima e terrestre, à vigilância dos portos e praias, para citar só uma parte do servi-*

*ço público que o dispositivo presta diariamente, sem mais custos e com retornos directos, concretos e reais».*

Depois de mais reduções de pessoal, do aumento com o custo das despesas em missões internacionais e inerentes ao aumento dos custos de combustível e de manutenção dos meios, resolvemos refazer aqueles cálculos com base nos documentos oficiais na página do ministério da Defesa Nacional e do Orçamento de Estado para 2016 (Lei 7/A 2016 de 30 de Março), onde não conseguimos dados desagregados para sermos ainda mais rigorosos nos cálculos. Mas para dar uma ideia bastante aproximada basta assim.

Consultando os ditos documentos, concluímos que os **effectivos eram de cerca de 31.600 no fim de 2015**, e que para 2016 foram orçamentados **1.953.425.008€**, dos quais subtraímos 409.974.272 mais 5.500.000, verbas rubricadas respectivamente para despesas do ministério e para projectos, restando **1.537.950.736€** atribuídos ao dispositivo operacional: recursos humanos e respectivas despesas de manutenção da sua saúde, formação, instrução e treino, e meios materiais com as respectivas despesas de operação, manutenção, mais o abatimento dos custos iniciais e investimento.

Não excluindo as verbas orçamentadas mas cativadas, nem as que não serão executadas, portanto admitindo os **1.537.950.736€** como despesa global do dispositivo, será justo excluir a verba que retorna directa e imediatamente aos cofres por via dos impostos que incidem sobre o pessoal.

Então admitamos como certos os dados vindos a público de que cerca de sessenta por cento é despesa com pessoal, e que em média o pessoal desconta vinte por cento em impostos e contribuições, teremos que o conjunto dos militares receberiam **738.216.353,28€**, descontado o retorno imediato pago em impostos.

À partida sabemos ser um número que poderá representar as despesas do dispositivo, dado que os militares sem os meios não conseguem operar e o inverso também é verdadeiro. Consideremos então aquela verba como o que o País gasta com o dispositivo das Forças Armadas.

Façamos então aritméticas simples: **31.600 militares x 24 horas x 365 dias = 276.816.000 horas de disponibilidade do dispositivo**; então podemos calcular que **738.216.353,28€/276.816.000 horas de disponibilidade dos dispositivo = 2,67€ dispositivo/hora ao serviço de Portugal, todas as horas do dia e todos os dias do ano.**

Mas para quem como eu gosta de dados mais simples e directos aqui vão as contas totais a limpo: **o OE 2016 prevê uma verba de 1.953.425.008€ para a Defesa Nacional** (tudo o que se poderá gastar em Defesa Nacional em 2016: incluindo as verbas cativadas que serão gastas por outros ministérios, mais as que não serão executadas, no máximo a Defesa Nacional gastará aquele montante); o pessoal existente, que opera **o dispositivo militar 24 h/dia, os 365 dias do ano, totalizando 276.816.000 horas de disponibilidade do dispositivo, custa cada uma dessas horas 7,06€ ao erário público** (arredondado por excesso) - menos do que custa mandar engomar o fato de um assessor do senhor ministro.

Deixamos a análise do retorno deste custo em termos de vidas humanas salvas, das coimas, multas e taxas recebidas directamente pelo serviço prestado ao País e da necessária análise comparativa com os mesmos custos, só nas áreas exteriores à Defesa Nacional, se essas missões fossem executadas por empresas privadas. O caso dos custos de meios aéreos no combate a incêndios é exemplar.

Domingos David' Pereira ▲

## Debater, Decidir e Reforçar! Acções Fundamentais para o Trabalho Associativo!

**C**onforme referimos na anterior edição do nosso jornal "O Sargento", os actuais Órgãos Sociais da ANS estão a entrar no último semestre do seu mandato, pautado por uma intensa actividade e exemplar empenho defesa dos Sargentos, como será de justiça reconhecer!

Previsivelmente, nas comemorações do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" do próximo ano serão os associados, mais uma vez, chamados a eleger uma nova equipa que durante o biénio 2017/2018 irá conduzir os destinos desta associação representativa dos Sargentos de Portugal. Este acto eleitoral decorrerá eventualmente a 28 de Janeiro de 2017, se for cumprida a tradição de a mesma ser realizada no Sábado mais próximo do dia 31 de Janeiro.

Assim tem sido ao longo do tempo, numa afirmação de vitalidade associativa mas também de elevado respeito pelos princípios democráticos que prezamos e pelos quais sucessivas equipas de dirigentes se têm pautado.

Importa que nos sintamos disponíveis para ser

envolvidos em discussões e reflexões necessárias à ponderação acerca da apresentação de listas candidatas à condução dos destinos da nossa associação ou de nos disponibilizarmos a integrar lista para a qual sejamos convidados.

É este um tempo em que os associados da ANS, Sargentos conscientes da necessidade da existência de um mecanismo representativo e defensor de toda uma classe profissional, se devem seriamente empenhar.

É o tempo para a ponderação e discussão acerca da apresentação de listas candidatas aos órgãos sociais da ANS. É também (mas não só) esta uma das razões pela qual a actual Direcção, com a responsabilidade, consciência e seriedade própria de quem conduz uma organização como esta, vai promover a III Conferência de Delegados (ver cartaz na última página). Este será seguramente um dos temas a merecer análise e debate. Outros de grande importância serão também debatidos nesta jornada de trabalho associativo.

De acordo com o regulamento e estatutos as listas

deverão ser entregues até vinte dias antes do acto eleitoral. Deverão ser integradas por sócios dos três ramos das Forças Armadas com a situação de quota perfeitamente regularizada, ter a identificação de todos seus componentes e do órgão e cargo a que se candidatam, serem representadas por pelo menos dois mandatários e serem subscritas por, no mínimo, cem associados devidamente identificados e, naturalmente, também com a situação de quota devidamente regularizada.

É neste tipo de processos em que se afirmam os valores e princípios que se defendem, em que se reforçam as convicções e disponibilidade para os combates e em que se renovam as equipas de dirigentes, mantendo a experiência da veteranaria mas misturando a irreverência própria dos mais jovens, que se torna visível a força da vitalidade associativa. É neste cíclico movimento eleitoral que também se cimenta o reconhecimento, respeito e credibilidade que a Associação Nacional de Sargentos conquistou no meio militar e na sociedade civil. Façamos todos e cada um a nossa parte! ▲

## ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

**N**um período tradicionalmente dedicado ao repouso e à reposição de energias em ameno e merecido convívio familiar, estas férias de Verão foram, uma vez mais, marcadas por intensa produção legislativa, o que obrigou a trabalho reforçado por parte dos dirigentes associativos, naquilo que desde há muito se tornou perceptível: a luta não vai de férias!

De alguns aspectos dessa intensa actividade associativa damos conhecimento no resumo abaixo apresentado:

**18JUN** – Romagem à sepultura de José Barata, no cemitério de Oeiras;

**20JUN** – Audiência concedida pelo General CEME. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, A.Taveira e V.Geitoeira;

**25JUN** – Cerimónias no Entroncamento do 29º aniversário da ASMIR. ANS representada por J.Gonçalves;

**25JUN** – Sessão de Abertura da X Convenção do BE, em Lisboa. ANS representada por P.Contreiras;

**26JUN** – Sessão de Encerramento da X Convenção do BE, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves;

**29JUN** – Reunião das Direcções das APM, na sede da ANS, em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, L.Bugalhão e L.Coelho;

**30JUN** – Reunião com a Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

**01JUL** – Cerimónias do Dia da Força Aérea, na Praça do Império, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves;

**01JUL** – Audição Pública promovida pelo Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República. ANS representada por L.Coelho;

**05JUL** – Audiência concedida pelo MDN. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira e C.Colaço;

**07JUL** – Convite para apresentação de Tese no Instituto Universitário Militar, em Trajouce, Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves;

**07JUL** – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

**14JUL** – Audiência concedida pelo General CEMGFA. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira e C.Colaço;

**14JUL** – Debate na Livraria Verney, em Oeiras. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

**14JUL** – Delegação da ANS presente na Igreja da

Força Aérea, em Lisboa, nas Exéquias fúnebres dos militares falecidos no acidente na BA6-Montijo;

**15JUL** – Delegação da ANS presente no funeral, em Aljezur;

**19JUL** – Sessão de Divulgação da ANS no CFMTFA, na Ota. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira e L.Coelho;

**19JUL** – Reunião das Direcções das APM, na sede da ANS, em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, L.Bugalhão e L.Coelho;

**20JUL** – Sessão de Divulgação da ANS na BA 11, em Beja. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira e L.Coelho;

**26JUL** – Sessão de Divulgação da ANS na BA 6, no Montijo. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira e L.Coelho;

**26JUL** – Reunião das Direcções das APM, na sede da ANS, em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, L.Bugalhão e L.Coelho;

**27JUL** – Sessão de Divulgação da ANS na BA 5, em Monte Real. ANS representada por J.Gonçalves, J.Gomes e L.Coelho;

**28JUL** – Sessão de Divulgação da ANS na BA 1, em Sintra. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

**29JUL** – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA, na sede em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves;

**03AGO** – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

**08 e 09AGO** – Reuniões de grupo de trabalho constituído por dirigentes da ANS para analisar o projecto de regulamento de avaliação comum para os militares. Grupo constituído por J.Gonçalves, L.Bugalhão, P.Contreiras, A.Taveira, C.Colaço, R.Graça e L.Coelho;

**22AGO** – Resposta da ANS sobre Regulamento de Avaliação Comum entregue no gabinete do MDN. Entrega feita por A.Taveira;

**07SET** – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

**08SET** – Abertura de Exposição fotográfica no Museu da cidade de Almada e Sessão Evocativa no Feijó, relativas aos 80 anos da Revolta dos Marinheiros e Dia da Praça. ANS representada por J.Gonçalves, L.Bugalhão, P.Contreiras e A.Taveira;

**10SET** – Cerimónias no Feijó relativas ao Dia da Praça. ANS representada por J.Gonçalves, L.Bugalhão, P.Contreiras e A.Taveira;

**13SET** – Sessão de divulgação da ANS no RL2/CFT, na Amadora. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira, V.Geitoeira, L.Coelho e M.Ramos;

**13SET** – Reunião das Direcções das APM, na sede da ANS, em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira e L.Coelho;

**14SET** – Sessão de divulgação da ANS no RAA1, em Queluz. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira, L.Coelho e M.Ramos;

**15SET** – Sessão de divulgação da ANS na Unap-CmdLog, em Paço d'Arcos. ANS representada por J.Gonçalves, G.Sá, L.Coelho e M.Ramos;

**16SET** – Reunião informal com a Direcção da APG/GNR, na sua sede, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves, C.Colaço e L.Coelho;

**18SET** – Cerimónias do 34º aniversário da ANCU - Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar, em Tondela. ANS representada por R.Pereira e J.Pereira;

**20SET** – Reunião das Direcções das APM, na sede da ANS, em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves e L.Coelho;

**21SET** – Reunião em Lisboa com elementos da Direcção do Sindicato da Polícia Municipal. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

**23SET** – Conferência de Imprensa conjunta, promovida pelas ANS, AOFA e AP, no Hotel Mundial, ao Martim Moniz, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves;

**26SET** – Resposta da ANS sobre Alterações ao Sistema de Reformas entregue no gabinete do MDN. Entrega feita por J.Gonçalves;

**27SET** – Reunião na sede do Sindicato dos Impostos com diversas associações e sindicatos da Administração Pública. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

**27SET** – Reunião de Sargentos promovida pela ANS na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó;

**28SET** – Reunião de Sargentos promovida pela ANS na Casa do Alentejo, em Lisboa;

**29SET** – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

No momento em que se está a preparar o fecho desta edição do jornal “O Sargento”, estão em preparação diversas actividades, entre as quais se contam as sessões de divulgação pela ANS em unidades da Armada, reuniões de trabalho e iniciativas com outras associações e sindicatos, e com particular incidência a “III Conferência de Delegados” que irá ter lugar no dia 15 de Outubro, no Entroncamento. Destas e de outras actividades e das medidas encontradas para resistir ao continuado ataque à Condição Militar daremos conta na próxima edição do nosso jornal. ▲



## ANCU comemora o 34º aniversário

No passado dia 18 de Setembro, a ANS esteve presente nas cerimónias do 34º aniversário da ANCU – Associação Nacional de Combatentes do Ultramar, em Tondela, respondendo ao convite enviado pelo seu presidente, Dr. António Ferraz.

A ANS esteve representada pelos Delegados do Núcleo Regional de Viseu, Sargento-Ajudante Ramiro Pereira e Primeiro-Sargento José Pereira.

A ANCU é uma das inúmeras associações de ex-combatentes com quem a ANS mantém excelentes relações de amizade e cooperação.

A relação existente entre a ANS, que é uma associação enquadrada na lei do associativismo socioprofissional dos militares, e as associações de ex-combatentes, enquadradas por legislação própria, tem sido exercida com base no profundo respeito e admiração por todos aqueles que um dia foram chamados a servir Portugal envergando um uniforme das Forças Armadas Portuguesas. Esta relação tem produzido resultados importantes quando se trata da ajuda mútua ou de discutir e encontrar posições comuns no âmbito da defesa dos direitos dos universos respectivamente representados. Não será igualmente estranho o facto de muitos ex-combatentes fazerem parte do vasto número de associados da ANS.

Esta relação de cooperação e respeito mútuo será sempre o caminho certo para encontrar os melhores resultados na defesa dos interesses dos respectivos associados. ▲



## Protocolos ANS

### Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em [www.ans.pt](http://www.ans.pt) ou no Facebook em [www.facebook.com/ANSargentos](https://www.facebook.com/ANSargentos)

#### NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

#### ZONA NORTE:

#### ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI

- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS

#### ZONA SUL:

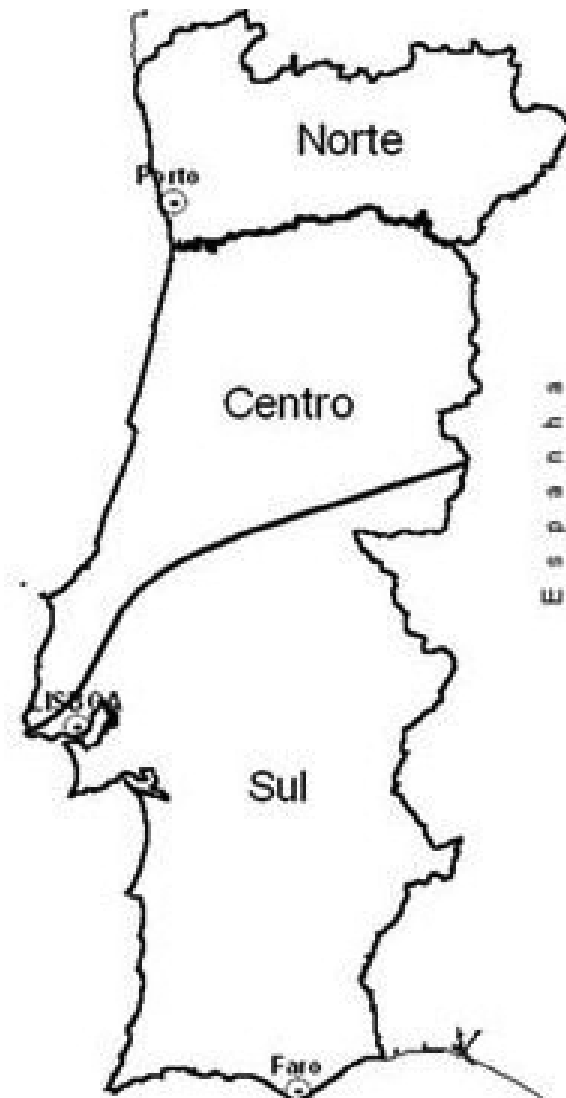
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNARDINI
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY

- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM [WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos](https://www.facebook.com/ANSargentos)

- CONSULTA TAMBÉM [WWW.ANS.PT](http://WWW.ANS.PT)

- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA [CONTACTO@ANS.PT](mailto:CONTACTO@ANS.PT) ▲





# ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

## III Conferência de Delegados

15 de Outubro de 2016 - 09H30

### ENTRONCAMENTO

#### Análise, Debate e Discussão:

- Importância e Futuro do Trabalho Associativo. O que Fazer?
- Questões Retributivas, Remuneratórias e Orçamentais;
- Carreiras e Formação;
- Apoio Social e Assistencial;

**Trabalhos no Salão da COPERFOR - Almoço no Restaurante "FACE"**

**A tua participação é fundamental para a defesa dos teus interesses!  
Divulga, inscreve-te e comparece!**

Inscrições através de: E-Mail: [contacto@ans.pt](mailto:contacto@ans.pt) / Tlm: 93 885 04 81 / Telef: 21 815 49 66



## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

### CAPÍTULO II

#### Competência

#### Artigo 161.º

(Competência política e legislativa)

Compete à Assembleia da República:

- Aprovar alterações à Constituição, nos termos dos artigos 284.º a 289.º;
- Aprovar os estatutos político-administrativos e as leis relativas à eleição dos deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas;
- Fazer leis sobre todas as matérias, salvo as reservadas pela Constituição ao Governo;
- Conferir ao Governo autorizações legislativas;
- Conferir às Assembleias Legislativas das regiões autónomas as autorizações previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição;
- Conceder amnistias e perdões genéricos;
- Aprovar as leis das grandes opções dos planos nacionais e o Orçamento do Estado, sob proposta do Governo;**
- Autorizar o Governo a contrair e a conceder empréstimos e a realizar outras operações de crédito que não sejam de dívida flutuante, definindo as respectivas condições gerais, e estabelecer o limite máximo dos avales a conceder em cada ano pelo Governo;
- Aprovar os tratados, designadamente os tratados de participação de Portugal em organizações internacionais, os tratados de amizade, de paz, de defesa, de rectificação de fronteiras e os respeitantes a assuntos militares, bem como os acordos internacionais que versem matérias da sua competência reservada ou que o Governo entenda submeter à sua apreciação;
- Propor ao Presidente da República a sujeição a referendo de questões de relevante interesse nacional;
- Autorizar e confirmar a declaração do estado de sítio e do estado de emergência;
- Autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e a fazer paz;
- Pronunciar-se, nos termos da lei, sobre as matérias pendentes de decisão em órgãos no âmbito da União Europeia que incidam na esfera da sua competência legislativa reservada;
- Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Constituição e pela lei.